

Em nome do povo

Reflexões sobre política,
educação e cidadania

Vol. VI

COPYRIGHT © 2012 – José Teodoro Soares

Capa:
Luiz Carlos Alves

Revisão de texto:
Teobaldo Mesquita

Impressão:
Gráfica Cearense

Ficha Catográfica:

P962n Professor Teodoro.

Em nome do povo: reflexões sobre política, educação
e cidadania / Professor Teodoro. – Fortaleza:

84 p.
Vol. VI
ISBN

1. Ciências políticas. 2. Educação. 3. Soares, José
Teodoro. I. Título.

CDDdir: 320

Professor Teodoro

Em nome do povo
Reflexões sobre política,
educação e cidadania

Vol. VI

Fortaleza, 2012



SUMÁRIO

1 - POLÍTICA

A Veja não viu	11
Apagão é falta de planejamento.....	13
Lições que vêm do frio.....	15
O pior da crise já passou.....	17
Sobral, cidade metrópole do semiárido.....	19

2 – EDUCAÇÃO

Assembleia itinerante em Sobral.....	25
Observatório de Educação do CIC.....	27
Retrato do professor brasileiro.....	31
Profissão professor.....	35
Qualidade na escola pública.....	37
A saída é a educação.....	39
A educação como processo.....	41
Dia do Estudante e do Advogado.....	43
A boa educação de Forquilha.....	45
Os desafios do analfabetismo.....	47
O Fundeb e a nova realidade da educação no Brasil.....	49
Enem cria movimento estudantil.....	51
O fim da DRU na educação.....	53
Programa de aceleração da educação.....	55
Agente Comunitário de Educação.....	57
Educação infantil.....	59
O custo da ignorância.....	61
A escola e a comunidade.....	63
Formação do gestor escolar.....	65
Mais educação para Fortaleza.....	67
Todos pela educação.....	69
Ensino profissionalizante no Ceará.....	71
Semana de valorização do educador.....	73

3 – CIDADANIA

Em favor da vida.....	77
Paulo Cabral de Araújo.....	79
O resgate da cidadania pela documentação.....	81
Novos conselheiros.....	83
100 anos de ensino profissional.....	87
10 anos do curso de Filosofia.....	89
Feliz Natal e próspero 2010.....	91



À guisa de Prefácio

José Luis Lira

Presidente da Academia Sobralense de Estudos e Letras

Desde que conheci o autor, percebi nele a latente preocupação com a notícia responsável e histórica, acompanhada de seu registro. À época, era o deputado Professor Teodoro reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), onde ingressei no magisterio superior, a convite dele.

Iniciando seu mandato de deputado estadual, o Professor Teodoro inaugurou uma série de publicações sob o título de “Em nome do Povo”, uma espécie de relato ao (e)leitor de suas ações na Assembleia Legislativa do Ceará ou o registro de artigos e pronunciamentos por ele feitos. O VI Volume dessa série, cuja nota introdutória tenho a honra (até diria ousadia) de escrever pelo que agradeço ao ilustre autor, monta-se num tripé muito conhecido por nós que convivemos com o deputado Professor Teodoro: Política (ele sempre praticou a política séria), Educação (sua bandeira) e a cidadania (que me faz lembrar sua face jurídico-social).

O (e)leitor encontrará neste livro as reflexões do deputado Professor Teodoro sobre a política cearense (com destaque para a de Sobral) e nacional, partindo até mesmo para a questão internacional, conforme lemos em “O pior da crise já passou”. Na educação (e eu fico me perguntando à qual das duas mais se afeiçoa o deputado, se à política ou se à educação), temos um verdadeiro retrato da educação cearense e brasileira. Ora vemos o deputado questionando, apresentando números; outras vezes o vemos elogiando as ações positivas que desenvolveu em favor da educação, destacando as figuras importantes do professor e do aluno, até porque para o deputado Professor Teodoro, tudo é uma questão de educação. No desenvolvimento do tema cidadania, o Professor Teodoro inicia seus escritos com um artigo-homenagem ao grande entusiasta da liberdade de imprensa Paulo Cabral de Araújo, destaca seu empenho particular na inclusão pela educação, ressaltando a necessidade primordial de todos possuímos os documentos básicos (a verdadeira prova da cidadania, pois, só existimos para o Estado brasileiro se formos devidamente documentados), apresenta assuntos ligados à educação e cidadania num só contexto, concluindo seu livro com uma mensagem de ano novo revestida de desejos sempre atuais.

O livro se reveste de grande valia a todos os que o lerem. São

temas que fazem parte do nosso cotidiano e possuem suma importância e, após leitura, fico me indagando sobre quem fica a merecer parabéns: se o autor, o deputado Professor Teodoro; ou se nós, seus (e)leitores. Acho que ambos merecemos parabéns: deputado e eleitor!

POLÍTICA



A Veja não viu

Polêmica, a matéria da revista *Veja* intitulada *The United States of Sobral* tem provocado comentários diversos. Ao ressaltar, de forma picaresca, as peculiaridades sobralenses, a revista levou para o Brasil o que já comentamos no Ceará em tom de blague.

Quanto a isso, não há novidade. Os sobralenses, dando prova de sua autoestima elevada, sabem rir de si próprios. No Beco do Cotovelo, ponto nevrálgico da cidade, pode-se ler uma placa indicativa em inglês: *Elbow Street*.

Lamentavelmente, o jornalista descambou para alguns exageros, tentando fazer contraponto com números que fogem da realidade. Certamente, porque não teve muito tempo para apurar devidamente sua matéria. Um dos pontos fortes de Sobral é exatamente o fornecimento de água, feito pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto).

O SAAE tem excelente estação de tratamento e fornece água de ótima qualidade. Esse fornecimento está quase universalizado, com a oferta chegando a mais de 95% dos domicílios sobralenses. Saneamento é outro destaque nas recentes administrações municipais. Quando Cid Gomes assumiu a Prefeitura, o acesso só atingia 6% da população. Hoje o percentual é de 80%, um dos mais elevados nas cidades brasileiras.

Educação e saúde são áreas que servem para colocar a cidade em vitrine, com a conquista de prêmios nacionais e internacionais, além do reconhecimento expresso por diversos organismos. No ensino, a prioridade que Cid Gomes deu em sua administração, a Universidade Estadual Vale do Acaraú foi parceira de toda hora, na qualificação de professores e envolvimento nos diversos projetos empreendidos.

Sobral é realmente uma cidade “*sui generis*” e chama a atenção de quantos a visitam, como aconteceu com o repórter da *Veja*, que, obviamente, não conhece nossa história em profundidade. Sobral foi das cidades que mais cresceu nos últimos anos, principalmente com a chegada de Cid Gomes, que marcou o fim de um período de estagnação política, econômica e social.

Cid deu continuidade a um projeto iniciado pelo primeiro bispo dom José Tupinambá da Frota, responsável por diversas obras que projetaram Sobral para o futuro. Com o apoio da diocese e da UVA, Cid encontrou o ponto de inflexão na história sobralense.

Hoje, a cidade respira cultura, com seus cerca de 13 mil universitários. Só a UVA detém 8 mil alunos. Os demais frequentam as outras quatro instituições de ensino superior.

Com o Cid, tivemos o reconhecimento do corredor cultural da cidade como patrimônio histórico cultural. A cidade conta com três bem equipados museus, o Dom José (de arte sacra), o do Eclipse (com observatório astronômico) e o Madi, de arte moderna, que tivemos a honra de ajudar a trazer para Sobral.

Sobral, como reconheceu o jornalista, é uma cidade cosmopolita, metrópole regional, cidade universitária, fruto do esforço de seus filhos ilustres ou anônimos que amaram e amam com calor desmedido a sua terra.

Jornal O Estado, 30 de setembro de 2009

Apagão é falta de planejamento

Há 25 anos publiquei o livro Planejamento e Administração no Brasil, com o objetivo de contar a história incipiente do planejamento brasileiro e do tipo de modelo dedesenvolvimento que se pretendia para o País.

Seria interessante lembrar algumas conclusões apresentadas àque-la época que mostrambem o quando é difícil implementar o planejamento do nosso desenvolvimento, notadamente no que se refere à área educacional.

Proliferam planos em todos os escalões administrativos, bem como leis edecretos são promulgados e criam-se inúmeras instituições intermediárias entre as previsões e os resultados.

Verifica-se, em muitos casos, que tais planos nem sempre estão relacionados de forma racional com o meio que se pretende assistir ou modificar.

Trata-se da continuidade da discrepância entre o ideal e o real. Esta dicotomia constituiainda uma das características preponderantes da sociedade brasileira.

Na verdade, o diagnóstico da situação educacional no país mostra a existência de boas leis de educação e fórmulas administrativas teóricas para solução dos problemas educacionais de base.

No entanto, tais leis e planos de educação não conseguem, na maioria das vezes, ser traduzidos para a realidade, gerando a situação de incoerência ou não harmonização entre a teoria e a prática.

Para vencermos esse impasse ainda presente, faz-se necessário construir, definir um novo projeto de desenvolvimento para que o Brasil possa recuperar o tempo perdido e igualar-se aos países hoje desenvolvidos.

A primeira premissa deste projeto é a necessidade de democratizar os benefícios da economia. Os investimentos devem abranger todas as áreas, notadamente a tecnológica e do conhecimento, pois no mundo em que vivemos a educação merece destaque especial. Tudo depende da educação: os países que investiram na educação, tecnologia de ponta, são as nações que comandam o mundo.

Dentro da área educacional convém que sechame atenção para a péssima qualidade da nova escola pública. E nós sabemos que ela abriga, sobretudo, a grande maioria do povo pobre.

É preciso capacitar a população por intermédio de boas escolas públicas com professores qualificados e bem remunerados. É necessário e urgente priorizar a educação básica para todos os brasileiros. Isso é a melhor demonstração de democracia. Só a educação

de qualidade proporciona igualdade de condições.

É preciso reformar o Estado brasileiro, buscando diminuir a grande diferença existente dentre as regiões brasileiras, onde o Sudeste continua definindo os rumos da economia brasileira.

Para dar mais equilíbrio a este desenvolvimento, faz-se necessário e urgente reduzir drasticamente a concentração de renda hoje controlada por uma pequena minoria, uma pequena elite que controla grande parte da riqueza nacional.

Vale ressaltar, também, a situação crônica da saúde, que igualmente sofre as consequências por não ter sido devidamente priorizada e nem recebido o tratamento adequado.

Outra questão causadora de grandes problemas sociais não resolvidos é a reforma agrária, uma demanda histórica do povo brasileiro. O campo, que hoje é responsável por superávits na balança comercial com a competência do agronegócio, mantém ainda dilemas arcaicos.

A distribuição de terras, pura e simplesmente, sem um plano de produção sustentável, é apenas um paliativo que não funciona a contento. Não é à toa que movimentos sociais, muitas vezes aproveitados politicamente, têm tanta visibilidade e chegam a preocupar com suas ações que às vezes agridem a lei.

O MST e outras correntes assemelhadas é demonstrativo do vigor desses problemas não resolvidos. A forma que utilizam para chamar a atenção e reivindicar seus direitos talvez não seja a mais adequada, mas é reveladora de um problema que também reclama planejamento.

Para não deixar de tocar nos temas mais recentes, o apagão que se abateu por quase todo o país e prejudicou cerca de 60 milhões de pessoas, em 18 estados, demonstra a falta de planejamento no sistema elétrico. Se realmente a causa foi a queda de raios, como se apressaram as autoridades a explicar, nosso sistema ainda é muito frágil, instável e causa insegurança.

O planejamento estratégico é essencial para o país, seja para evitar o apagão elétrico e seus congêneres, como o que acontece com o apagão na saúde, o apagão na educação, e o apagão no setor rural.

Jornal O Povo, 28 de Novembro de 2009

Lições que vêm do frio

Enquanto os olhos e os ouvidos do mundo estiveram voltados para Copenhague, que discutiu o aquecimento global debaixo de muito frio, outro país da região nórdica, a Finlândia, nos dá lição de seu modelo educacional. Os adolescentes finlandeses ficam com as melhores notas nos exames escolares internacionais.

Na última edição do PISA, que avaliou ciências, a Finlândia ficou em primeiro lugar, registrando média de 563 pontos. O Brasil alcançou 390 (52º lugar de 56 países).

A revista Educação traz uma matéria da jornalista Beatriz Rey, que viajou à Finlândia para conhecer o sistema educacional daquele país e entender a razão de seu sucesso, que é explicado em função de uma conjunção de fatores e não por uma única ação.

O primeiro ponto, e eu acho fundamental, é que a sociedade finlandesa valoriza a educação. Isso já predispõe a uma atitude favorável. No Brasil, a educação está em sexto lugar nas prioridades do brasileiro. Portanto, um ambiente ainda desfavorável.

Na Finlândia, cerca de 75% dos adultos entre 25 e 64 anos têm diploma superior. Isoladamente, não quer dizer muita coisa. Mas apenas 1% dos estudantes do equivalente ao nosso ensino fundamental não continua os estudos. Aqui, nós temos a garantia do acesso ao ensino para 97% dos alunos. Mas apenas 50% chegam ao final do ensino médio. Metade se perde pelo meio do caminho educacional. Lá o ensino obrigatório é de 7 aos 16 anos, cursa o ensino médio quem quer.

Outro aspecto que contrasta com a realidade brasileira é a figura do educador profissional, que é vista com respeito, tendo em vista sua responsabilidade e profissionalismo. Os professores são altamente qualificados. Para lecionar em qualquer nível educacional, eles têm que ter mestrado. A concorrência nas universidades de pedagogia é enorme, numa proporção de 6 mil candidatos para 800 vagas.

O currículo também é diferenciado. Não é sobre o que se ensina. É sobre o que os alunos devem aprender. Ele define as capacidades e as habilidades que os estudantes devem ter quando terminarem seus estudos. Antes de aprenderem os conteúdos, os alunos têm experiências práticas que vão ajudar no seu entendimento futuro. Assim, o aprendizado tem sentido e não se torna enfadonho nem longe da realidade.

O ensino fundamental é obrigatório e de graça, como acontece

no Brasil. A diferença é que, além da merenda, todos têm direito a material escolar, atendimento médico, dentário e transporte. No ensino médio, o aluno só arca com o material escolar.

O Brasil tem muitas lições a aprender, lições que vêm do frio. Seja da Dinamarca, em Copenhague, para preservação do meio ambiente, seja da Finlândia. Afinal, a educação não é apenas a garantia de desenvolvimento social e econômico, é também responsável pela mentalidade ecológica.

Que tenhamos todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de realizações.

Jornal O Povo(Sobral), 26 de Dezembro de 2009

O pior da crise já passou

A crise financeira, que eclodiu nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo, começa a ser debelada. E o Brasil, felizmente, está se saindo melhor do que os analistas imaginavam. Não foi a marolinha conforme desdenhava o presidente Lula, mas seus efeitos foram bem menos nocivos, graças a Deus.

O PIB nacional que se retraiu por dois trimestres seguidos – configurando recessão técnica – começa a dar sinais de melhora, principalmente dos setores menos vulneráveis. É verdade que a indústria apresentou seu pior resultado semestral dos últimos 34 anos, mas, mesmo assim, foi menos mal do que se esperava e já acena com recuperação.

De fato, o cenário catastrófico não se concretizou. Foi muito bom ver o Brasil se safar deste cataclismo internacional, e também foi ver o Ceará se sair ainda melhor. Ainda no auge dos problemas, trouxemos aqui a expectativa de economistas sobre as oportunidades que o Estado poderia aproveitar. Projeção confirmada.

O Ceará cresceu 4,9% nos últimos 12 meses – o maior índice entre os 10 estados avaliados pelo IBCR - Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central. Foi o menos afetado pelos solavancos financeiros por que passou o mundo. E bem acima dos que vieram em seguida, Pernambuco e Rio de Janeiro, cada um com 3,6% de avanço.

Os dados foram divulgados pelo Banco Central no último dia 4 de agosto. A avaliação abrange agricultura, vendas no varejo, produção industrial, inflação, emprego formal e operações de crédito. Um crescimento consistente.

Não é que tenhamos crescido com a crise. A verdade é que o Ceará cresceu, apesar da crise, pois o Estado já vinha com crescimento superior ao da média nacional desde 2008. No ano passado, por exemplo, a economia cearense evoluiu 8,2% - acima da de São Paulo, que cresceu 7,7%.

No dia 11/08, foi unanimidade na imprensa cearense. As manchetes davam conta deste feito: **CEARÁ É O ESTADO MENOS AFETADO POR CRISE MUNDIAL**, disse o Diário do Nordeste. Já o jornal O Povo escreveu: **ECONOMIA DO CEARÁ TERÁ MAIOR CRESCIMENTO DO PAÍS**.

Segundo os economistas citados pelos dois jornais, a explicação é que “No Ceará, a indústria afetada pela crise não é muito forte, e a produção é voltada para o mercado interno, não depende muito das transações internacionais.”

O crescimento também foi capa da revista Exame, voltada para os empresários. A manchete é um verdadeiro grito: UAU! VOLTAMOS A CRESCER. E dá os sinais de retomada. Os fabricantes de carros e eletrônicos batem recordes de produção. O varejo cresce. Milhares de empregos são gerados. O crédito está de volta. A confiança também. Para o Brasil, a crise parece ter ficado para trás.

A indústria automobilística projeta vendas de 3 milhões de carros no país. Em vez do desastre, recorde histórico de vendas. Há tanto otimismo, que alguns representantes deste segmento esperam que, até o fim do ano, o Brasil se apresente como mercado de carros que mais cresce no mundo, superando a China.

Essa crise foi realmente atípica, e não dá para comparar com outras que o mundo enfrentou e aquelas pelas quais passamos durante períodos recentes. Graças aos fundamentos econômicos e financeiros – entre estes o Proer – o Brasil passou no teste sem muitos abalos. Todas as outras crises surgiram de ataques especulativos contra nossa moeda, fragilizando o país e exigindo mais perícia no tratamento. A crise recente foi um ataque ao dólar, agravado pela falta de liquidez, de crédito e de confiança nos mercados.

Neste aspecto, os tucanos estruturaram o país para os novos dias. E o mérito de Lula, na economia, foi manter os mesmos princípios, e até membros da equipe anterior. É o que se pode chamar de uma política de Estado e não meramente de governo. Ela transcende o chefe do Executivo do momento para beneficiar a nação.

Jornal Expresso do Norte, 14 de agosto de 2010

Sobral, cidade metrópole do semiárido

The United States of Sobral foi assunto nas páginas da Veja (edição 2132, de 30/09/2009). Estou em dúvida se foi a Veja que invadiu Sobral ou foi Sobral que invadiu a Veja, com sua forma diferente de ser. Se não temos o american way of life, temos o que chamamos de sobralidade.

Sobral é realmente uma cidade diferenciada, o que alimenta o bairrismo de alguns e também emula reações contrárias. Como não concordo nem com o bairrismo que se avizinha da xenofobia e nem com aqueles que inutilmente tentam detratir a Princesa do Norte, quero levantar algumas considerações históricas que fizeram com que Sobral tenha esse ar que provoca reações nos seus visitantes.

Já ouvi muitos comentários sobre a matéria da revista citada. Alguns evocam uma teoria conspiratória que inclui o bombardeamento da candidatura do mais ilustre sobralense, o deputado Ciro Gomes. Para outros, é uma matéria em tom de blague, jocosa, que tenta fazer gracinha com nossas peculiaridades. Não é a primeira vez que sai nos veículos de comunicação, nem será a última. O jornalista, obviamente cometeu alguns exageros, alguns deslizes.

Creio que ele esteve fazendo cobertura da recente visita do presidente Lula e se deparou com uma cidade que realmente chama a atenção. Ele optou, obviamente, pelo picaresco, como costuma acontecer na imprensa. De qualquer parte do mundo. Portanto, não estou aqui para demonizar a revista Veja, uma das melhores do país e de qualidade internacional.

Sobral está incrustada no epicentro do semiárido, que o autor da matéria chamou de agreste. E o Ceará, como sabemos, não está incluído nessa zona climática. Sobral começou com a pecuária, e teve como primeiro habitante o Rio Acaraú, como costuma dizer o historiador cômego Sadoc de Araújo.

Entre o Acaraú e a serra da Meruoca, a cidade foi se aninhando, ao redor da fazenda Caiçara e em torno da igreja, sede do Curato do Acaraú. Desenvolveu-se de tal forma que, em vários aspectos, tinha mais importância do que Fortaleza, dada a sua maior proximidade com o emissor cultural da época, a Europa. De lá, as novidades chegavam mais cedo a Sobral, via porto do Camocim e ramal ferroviário.

Só para citar um exemplo, o Teatro São João é mais antigo que o Teatro José de Alencar e foi fundado por um grupo de amadores, o que dá ideia da efervescência cultural já existente naquela época.

A cidade percorreu os ciclos econômicos tradicionais, mas não havia um planejamento. Evoluía ao sabor da improvisação e de sua vocação desenvolvimentista, beneficiada por ser uma cidade polo da zona norte para onde acorriam comerciantes e afins para realizar seus negócios.

Com a criação da diocese de Sobral, em 10 de novembro de 1915, dá-se início a uma segunda fase na história. Não apenas a instituição em si, mas por causa de um homem que deixou marcas indeléveis na cidade e em toda região: dom José Tupinambá da Frota. Se Sobral é uma cidade diferenciada é porque dom José era também um bispo diferenciado, por sua cultura, doutor em filosofia e teologia, e seu carisma.

Recém-chegado de Roma, em 1906, onde cumpriu seus estudos teológicos para formação sacerdotal, veio com parâmetros europeus em torno de urbanismo, de conceitos e também de evangelização. Foi assim que ele sonhou transformar Sobral numa réplica romana, não só no aspecto estrutural, mas com a mística ainda da cidade império que viu florescer o cristianismo.

O historiador romano Políbio acreditava que cada história particular só tinha sentido se fizesse parte da história romana. Talvez imbuído desse espírito, dom José começou a trabalhar no seu profícuo episcopado.

É por isso que um dos maiores poetas cearenses, Gerardo Mello Mourão, de Ipueiras, dizia que Sobral é a nossa metrópole, nós fazemos parte de um mesmo tronco, de uma mesma família, essa família sobralense que se estende até Crateús, vai a Camocim, a Itapipoca, e até Ibiapaba.

A partir da gestão de dom José, o bispo que também era conde da Santa Sé, Sobral começou a ser planejada. O bispo que fez mais por Sobral do que muitos prefeitos reunidos tinha um projeto para sua cidade. Se não foi planejada de acordo com o escopo administrativo de hoje, havia o tirocínio, a intuição que parecia oriunda de revelação divina. Pois seu plano era espiritual e se materializava nas diversas obras espalhadas por Sobral, que se transformou num farol irradiador de fé e influência política. Ele deu corpo à cidade, que passou a exercer com mais efetividade sua vocação de vanguarda nas diversas áreas.

A consistência cultural do clero foi incentivada por dom José, que enviava seus padres para estudar na Europa, a exemplo do que ocorrera com ele. Antes de dom José, sete padres sobralenses haviam estudado em Roma. Então, ele era efeito e também causa dessa semente que veio a germinar em várias gerações. Pois muitos dos padres formaram cidadãos que também se imbuíram desse projeto edificante e edificador de dom José.

Percorrendo as ruas de Sobral deparamo-nos com dom José, não com seu espectro ou com seu ectoplasma. Mas ele permanece vistoso na Santa Casa, no Abrigo Coração de Jesus, no colégio Santana no Sobralense, hoje Farias Brito no Patronato, no jornal Correio da Semana, na Rádio Educadora, no Museu Diocesano, na reitoria da UVA, tudo obra de sua mente privilegiada, que pensou a cidade e executou seus planos.

Deparamo-nos com dom José ao ver ainda uma plêiade de sacerdotes que foram ordenados por ele, ao ver tantos cidadãos que continuaram seu projeto de amar a cidade, e dela têm orgulho. O que se iniciou com dom José virou um projeto coletivo. Um projeto de muitos, em que cada um foi ajudando a construir para alcançarmos essa Sobral cosmopolita, cidade universitária, um projeto que é uma verdadeira obra em aberto, sempre em construção.

Depois de dom José, Sobral passou por um hiato e algumas circunstâncias que muitos sobralenses até gostariam de esquecer, mas a história é sempre uma lição a ser aprendida, por isso precisa ser guardada.

Como o eclipse de 1919, que trouxe escuridão e explodiu em luzes para a ciência com a comprovação da Teoria da Relatividade, no luminoso céu de Sobral, a cidade se reergueu e recuperou sua autoestima, que chama a atenção de muitos, como ocorreu com o repórter da Veja.

Depois dessa escuridão, quando Sobral tinha prefeitos de plantão, e gente sem compromisso com sua terra, teve a sorte de contar com a inteligência, o talento e comprometimento de Cid Gomes. Ao assumir a prefeitura, em 1997, herdeiro de um legado de moralização na coisa pública do pai, José Euclides Ferreira Gomes Junior, que fora prefeito e que tanto amava e defendia sua cidade, Cid fez logo um seminário de planejamento, do qual eu tive a honra de participar, como reitor da UVA.

Cid, aluno do Colégio Sobralense, fundado por dom José, que tinha como diretor padre Zé Linhares e como educador padre Osvaldo Chaves, “crias” de dom José, é também, inapelavelmente, herdeiro de dom José. É a continuidade daquele projeto, que resolveu colocar Sobral no rumo certo.

Pensamento grande é uma característica desses herdeiros, dessa nova geração, que não conheceu pessoalmente dom José, mas usufrui de suas obras. Foi assim que padre Osvaldo, como conta uma reportagem do jornal Correio Braziliense, se surpreendeu ao ler a redação de um brilhante aluno seu de 15 anos, em plena ditadura.

A redação do jovem estudante, que pode se tornar profética, dizia que ele queria ser presidente do Brasil. Esse jovem era Ciro Gomes, o irmão do atual governador.

Os sobralenses também riem deles mesmos, já ouvi chamarem o Beco do Cotovelo de Elbow Street. Por isso é que, depois de lida essa matéria da revista Veja, muitos sobralenses estão repetindo: The United Statesof Sobral, sim senhor, com muito orgulho.

Jornal Correio da Semana, 03 de Outubro de 2009



EDUCAÇÃO

Assembleia itinerante em Sobral

Considero histórica a sessão itinerante que a Assembleia realizou em Sobral na última sexta-feira, dia 23/10, pela relevância do tema tratado ali: a criação da Região Metropolitana de Sobral.

Quando se fala em região metropolitana, corre-se facilmente ao conceito usual de um grande centro populacional, com uma cidade polo (a metrópole) e sua zona adjacente de influência. Costumam essas regiões metropolitanas formar aglomerações urbanas numa grande área com uma cidade núcleo e outras vizinhas, formando uma conurbação em que se confundem os limites municipais.

A grande cidade central, a metrópole, já está bem caracterizada em Sobral. Se ainda não temos uma conurbação típica, que é a integração da malha urbana das cidades, já temos um projeto incipiente, tanto para o lado de Massapê como para Forquilha.

Mas uma região metropolitana não precisa ser obrigatoriamente formada por uma única área contígua urbanizada, os limites entre as cidades podem ainda estar bem visíveis. Nesse caso, caracterizam regiões metropolitanas menores, que às vezes até prescindem de uma metrópole, mas contam com uma cidade central.

O que é necessário nesse caso, que se refere à zona norte e a Sobral, é que as cidades que formam a região metropolitana possuam alto grau de integração entre si, tanto na economia, na política, como na cultura. E essa integração, sem sombra de dúvida, existe entre as 18 cidades que envolvem cerca de 460 mil habitantes.

Essa integração regional vem sendo entrelaçada no aspecto religioso, que faz parte de nossa cultura, desde os tempos de dom José. Ele foi o grande agregador espiritual e político, com atuação no âmbito de influência da diocese de Sobral, que se estendia de Camocim a Crateús, de Sobral a Tianguá e até Acaraú.

Quem veio consolidar a regionalização cultural foi a Universidade Estadual Vale do Acaraú, principalmente a partir da década de 1990, quando também coincide com a gestão, por dois mandatos, do então prefeito Cid Gomes.

À medida que Sobral se projetava com vastas obras de infraestrutura e equipamentos culturais, a Universidade se expandia na oferta de cursos, na multiplicação de campus, tanto dentro da sede como em outras cidades.

Sobral foi atraindo grandes empresas, que ampliaram a oferta de empregos, como a Grendene, que, sozinha, configura um polo calçadista. Ao mesmo tempo se tornou um centro de ensino superior, agora também com a UFC, as faculdades Luciano Feijão e Inta e, mais

recentemente, o Instituto Federal de Educação Tecnológica.

O intercâmbio, que antigamente era de mão única, passou a fluir nos dois sentidos, com a iniciativa da UVA de ofertar cursos de formação de professor em diversos municípios.

A zona norte é muito mais que uma delimitação geográfica, é uma área afetiva a que todos nós pertencemos. O projeto da criação da Região Metropolitana de Sobral só depende agora de sanção governamental.

Jornal O Estado 28 de Outubro de 2009

Observatório de Educação do CIC

O Centro Industrial do Ceará (CIC) é uma instituição nonagenária desde 29 de julho de 2009. A idade fala de tradição, mas sua principal característica nos últimos anos é a vanguarda. Prova disso é a iniciativa de criação do Observatório Social em Educação, lançada recentemente.

A outra prova é no campo político, onde a entidade deu exemplos históricos nacionais, desde o início da redemocratização do país. Capitaneados pelo veterano Beni Veras, jovens empresários empreenderam uma frente de batalha que teve repercussão pelo país e culminou com o movimento que desaguou no Governo das Mudanças, em meados da década de 1980, tendo à frente o atual senador Tasso Jereissati.

Foi uma história coletiva em que brilharam nomes como Amarílio Macedo, Sérgio Machado, Lima Matos, além dos já citados Tasso Jereissati e Beni Veras, entre outros. A partir daí, o Ceará passou a ser visto de forma diferente no resto do país. A ruptura com a cultura política tradicional coronelística e a inauguração de uma forma de governar moderna e mais profissional marcaram o modelo que mudou a face do Ceará.

Sobre o tripé da austeridade fiscal, moralização do serviço público e modernização gerencial, o novo governo dialogou com a sociedade civil e elevou a autoestima de seus conterrâneos. O modelo perdurou e foi se aperfeiçoando com o mandato do governador Ciro Gomes, os sucessivos mandatos de Tasso Jereissati, passando por Lúcio Alcântara e agora no governo Cid Gomes.

Abordo esse aspecto não apenas para lembrar a história dos 90 anos do CIC recentemente comemorada, mas para realçar outro aspecto, também histórico e de igual importância, que é a preocupação com a educação. Essa preocupação está expressa no discurso de posse do presidente Robinson Passos de Castro e Silva, em março do ano passado, ao falar sobre a gestão da educação. Dizia ele:

Todos os diagnósticos sobre a situação da educação no Brasil mostram a crueldade com que tratamos o futuro. A falta de controle da qualidade de ensino e de sua avaliação, ao longo do aprendizado, mostra um país em que pobres alunos e desmotivados professores produzem analfabetos funcionais.

Buscaremos, enquanto CIC, estudar e analisar modelos de gestão em educação, principalmente os que adotem a escola em tempo integral, que aumentam o aprendizado dos alunos por meio da ampliação do tempo diário de permanência na escola, e que priorizem principalmente o atendimento de crianças e jovens em áreas de maior vulnerabilidade social.”

E neste ano, o presidente do CIC lança o Observatório Social em Educação, numa solenidade de que tive a honra de participar e assistir à palestra do educador Cláudio de Moura Castro. Segundo Robinson Castro, o Observatório não é um programa do CIC e sim da sociedade cearense. De todos que buscam contribuir para uma educação de qualidade. Quero me juntar a essa iniciativa, tanto que estou também empenhado para fazermos uma campanha interinstitucional, abrangendo os principais atores da sociedade.

Estou chamando essa campanha de “10 para a educação”. O número 10 é emblemático na educação por representar a excelência, a qualidade, a nota máxima. Queremos 10 na educação, isto é queremos que o governo destine 10% do PIB nacional para a educação. Por pelo menos, 10 anos. É uma aposta no nosso futuro. Se queremos ser protagonistas no cenário internacional, precisamos agir rápido.

Hoje, o investimento brasileiro em educação não chega a 5% do PIB. E vivemos um momento catastrófico, com o maior número de analfabetos da América Latina, cerca de 14 milhões de pessoas. Outras 30 milhões são analfabetas funcionais. Nossos alunos tiram as piores notas nos exames internacionais. O Brasil é o que tem o menor valor anual investido por aluno entre os 34 países avaliados pela OCDE. Os alunos estão na escola sem aprender.

Por isso 10% do PIB para educação. Isso deveria ser colocado na pauta de nossos candidatos presidenciais. Precisamos dobrar nosso investimento da educação. Se não, vai sair muito mais caro para o Brasil. É claro que precisamos garantir que esses recursos sejam bem aplicados, porque a gestão escolar é outro grande problema. Devemos agir com urgência, não há mais como procrastinar.

Essa campanha é, antes de tudo, de sensibilização, até mais do que de mobilização. Isso porque, apesar de todas as mazelas de nossa educação, pesquisa do Ibope para o movimento Educar para Crescer revelou que a sociedade, incluindo estudantes, professores e pais de alunos, considera a escola boa. Cerca de 70% da população não tem a menor idéia do que seu prefeito faz com a educação. E o mais alarmante: apenas 1% considera o item educação na hora de votar.

Por isso, fico muito feliz em ver que os empresários e profissionais liberais que formam o CIC perceberam que a educação é assunto para ser debatido

não só na escola e trouxeram esse tema para os espaços empresariais, especialmente em relação aos reflexos que a má qualidade do ensino provoca no desenvolvimento do Ceará.

Jornal O Povo (Sobral), 3 de outubro de 2009

Retrato do professor brasileiro

A realidade dos professores é de baixos salários e formação deficiente, como atesta o estudo “Professores brasileiros: impasses e desafios”, realizado pelas pesquisadoras Bernardete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto, com o patrocínio da Unesco. Metade dos professores ganha menos de R\$ 720,00. E no Nordeste é ainda pior, pois não chega a R\$ 450,00 a renda da metade do professorado.

Tão grave quanto a situação é a falta de iniciativa para resolvê-la. Os políticos fogem do assunto, talvez porque os resultados só aparecem muitos anos depois. Enquanto isso, o país vai perdendo a chance de ser uma nação menos desigual e adiando o sonho de justiça social.

Se o Brasil reformulasse os currículos dos cursos de licenciatura, investisse em formação profissional dos professores, valorização salarial e estrutura das escolas públicas, ainda assim seriam necessárias mais duas décadas para que a qualidade do ensino no país chegasse perto da observada em estados desenvolvidos. A avaliação é do consultor em educação da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unesco) no Brasil Célio Cunha.

É uma tarefa gigantesca, e demanda recursos para investimento. Com os atuais 4,5% do PIB destinados à educação, não iremos muito longe. Por isso me associo à campanha que defende 10% do PIB para a educação. Ou o Brasil dobra os investimentos na educação, ou vai ficar para trás antes de conquistar o almejado protagonismo internacional.

Vejamos mais alguns dados alarmantes do estudo patrocinado pela Unesco. A média de escolaridade dos professores brasileiros é de 14 anos. Ora, o tempo mínimo necessário para a conclusão dos ensinos fundamental, médio e superior é de 15 anos. Isso mostra que uma grande parcela dos professores não tem nível superior completo, o que contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Cerca de 10% dos professores dos ensinos infantil e fundamental não têm sequer o ensino médio. Existem mais de 20 mil professores que têm apenas o ensino fundamental, ou menos ainda. O MEC estima em 600 mil o número de professores sem formação adequada. E nem mesmo os professores com diploma universitário saem da faculdade preparados para o magistério. A formação dos docentes no Brasil é o problema crônico da educação brasileira, na opinião de especialistas.

Quase 70% dos professores estudaram apenas em escolas públicas e 50,9% vêm de famílias de baixa renda. O estudo, que abrange a realidade dos 2,6 milhões de professores do ensino básico no país, apoia-se em dados do IBGE e dos ministérios do Trabalho e da Educação. A conclusão é que, apesar da expansão do ensino no Brasil, com ampliação do acesso a diversas faixas etárias, os professores e o ensino ainda estão em segundo lugar no plano das prioridades.

O magistério é reconhecido como carreira de prestígio em nações como Coreia do Sul e Dinamarca, mais bem vista até do que medicina, por exemplo. Na Dinamarca e Finlândia o salário inicial do professor não é menos do que 4 mil e 500 reais. Lá, os melhores alunos são recrutados para o magistério.

No Brasil, o magistério é visto como uma oportunidade para que estudantes de baixo poder aquisitivo ou menor escolarização possam chegar ao mercado de trabalho. Antes se dizia de forma jocosa: Se não sabe fazer nada, vá ser professor. Esse ditado infame foi atualizado para outro não menos desabonador. Se quer um emprego, mesmo ganhando mal, vá ser professor.

O estudo da Unesco aborda também a questão da formação do professor, que é muito inquietante e exige ações corretivas imediatas. A conclusão não é novidade para quem é íntimo da educação brasileira, mas vale a pena realçar. O estudo mostra que nos cursos de pedagogia, que formam os alfabetizadores, os professores da educação infantil praticamente não têm metodologia da alfabetização em seus currículos, nem práticas para introdução à matemática, às ciências humanas.

Segundo a professora Bernardete Gatti, o principal problema na formação dos professores é que em vários cursos de licenciatura se tem, quando muito, 10% de formação pedagógica. Assim, professores de matemática, português e ciências vão para a sala de aula sem formação adequada, porque os cursos que fizeram não tinham o objetivo de ensinar a ensinar. Perdem-se nas teorias.

Com isso se explica o elevado número de analfabetos em crianças de 10 a 14 anos. E também porque temos uma qualidade tão ruim na educação, explica por que nossos alunos ficam em último lugar nos testes internacionais. Até nossos melhores alunos ficam abaixo da média internacional, pois não têm desafios. Os 10% dos melhores alunos brasileiros têm desempenho inferior aos piores alunos da Finlândia.

Por todos esses motivos, defendemos mais investimento na educação. Pelo menos 10% do PIB devem ser destinados à educação dos brasileiros. Com isso, podemos voltar a valorizar os professores tanto no aspecto salarial, como em capacitação e também em prestígio social. Afinal, são eles que cuidam da educação dos nossos filhos. Do futuro de nosso país.

Jornal O Povo (Sobral), 17 de outubro de 2009

Profissão professor

Quero hoje falar de uma das mais antigas profissões e a mais importante, pois em sua maioria, todas as outras dependem dela. É o ofício do educador o qual tenho a honra de exercer; já é lugar-comum dizer que educador é mais que uma profissão, é um sacerdócio, é uma missão.

E é mesmo! O primeiro mestre é fundamental para o futuro desempenho profissional da pessoa. Um professor ruim, logo na infância, será fatal na vida estudantil, pois ele pode funcionar como desmotivador; o bom, ao contrário, marca para o resto da vida, como um farol a iluminar o caminho do conhecimento e da construção do caráter.

Por isso mesmo, temos a nítida impressão de que o professor não tem o devido reconhecimento. E é muito triste ver a profissão ser transformada em motivo de chacota, devido à realidade do magistério no Brasil-Agora mesmo, foi divulgado um estudo sobre as condições de nossos mestres. Apesar do piso do professor, em torno de R\$ 1.000,00 mais da metade do professorado não ganha R\$ 720,00.

Esta situação é mais dramática no Nordeste, exemplo gritante das distorções regionais e de injustiça social. Mais da metade dos professores nordestinos ganha apenas até R\$ 420,00. Uma frase atribuída ao humorista Jô Soares traduz essa realidade tão cruel. Ele diz que o material escolar mais barato que existe na praça é o professor. Isso explica o nível de qualidade de nossa educação e as notas baixas dos alunos, seja nos exames nacionais ou internacionais.

Sem o professor, aonde iríamos chegar? Como disse Benjamim Franklin, “quem ensina a si mesmo tem um tolo como mestre”. Isto é, não vai muito longe, ou não vai a lugar nenhum. O professor é fundamental na vida do ser humano. Se antes ele representava o complemento da família, hoje ele vai além. Na correria do cotidiano, os pais terceirizam a educação aos professores.

Contradição das contradições: os mesmos pais que delegam a educação aos professores não se preocupam muito nem valorizam a profissão de quem está cuidando do futuro de seu filho. Dom Pedro II tinha a real dimensão disso. Ele afirmou que se não fosse imperador, desejaria ser professor. “Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências jovens e preparar os homens do futuro.”

Prova da veracidade das palavras de Dom Pedro é que todos temos um mestre que mora em nossa memória e em nossa gratidão pe-

los ensinamentos que nos passaram. O professor é aquele que ensina além do que está nos livros, que ministra lições de vida. E aqui, não poderia deixar de citar o professor de todos, o mestre dos mestres, Jesus Cristo. Cultos ou iletrados foram marcados com a força de seus ensinamentos que permanecem a nos seduzir e a encantar. Ele é o ideal dos professores. Afinal, como diz Vanessa Clariza Pena, não basta ser professor, é preciso ser mestre na arte de ensinar.

Para terminar as citações, me socorro do professor Antônio Gomes Lacerda, com a seguinte frase: “Professor, uma profissão! Educador, a mais nobre de todas as missões.” No próximo dia 20, o Fórum da Educação e a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público estarão homenageando educadores que foram além de sua profissão. Na arte de ministrar lições de vida, muito mais do que com palavras, eles deram exemplo na construção de uma escola melhor, de uma sociedade mais justa.

Jornal O Povo (Sobral), 24 de Outubro de 2009

Qualidade na escola pública

Há poucos dias estive em Sobral, em eventos que me dão muito alegria, por fazerem parte da educação, seja no âmbito do ensino superior seja na educação básica. Primeiro participei da semana universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em suas diversas atividades, principalmente em lançamentos de livros.

Entre eles, o livro de autoria do professor Francisco Pinheiro, vice-governador do Estado: História da Formação do Ceará.

Também estive nos distritos de Jaibaras e Rafael Arruda e ainda na vizinha cidade de Massapê, ao lado do governador Cid Gomes, que na oportunidade assinou várias obras de serviços com objetivos diversos nos distritos sobralenses, para construção de escolas de ensino básico. Já em Sobral, no bairro Cohab III, e em Massapê, para construção de escolas destinadas ao ensino técnico profissionalizante.

Cid Gomes já autorizou a construção de 51 dessas escolas e deve fechar o ano de 2010 com 100 escolas construídas, com apoio do governo federal, através do Ministério da Educação. Essas escolas vão funcionar em regime de tempo integral. Num turno, os alunos terão aulas dentro do currículo tradicional, com todas as disciplinas convencionais. No outro turno, os jovens receberão aulas de matérias técnicas e profissionalizantes voltadas ao mercado de trabalho.

Esses estabelecimentos cumprem dupla função. Espera-se não apenas qualidade do currículo convencional, como nas disciplinas alternativas. Além do ensino básico e profissionalizante, os jovens, com essas ocupações, terão suas energias dirigidas para o ensino e para construção de um futuro melhor.

A violência juvenil, tirado seu caráter de excepcionalidade e até patológico, deve-se muito à grande energia dos jovens que não é canalizada de forma adequada. Assim, a escola técnica e profissionalizante, além de formar bons profissionais, evita que os jovens se desviem nos caminhos da ociosidade, que geralmente descambam para a violência.

O governador esteve acompanhado da secretária da educação do Estado, professora Izolda Cela Arruda, do deputado Ivo Gomes e do prefeito Leônidas Cristino, além do secretário da educação do Município, Júlio César Costa.

Cid Gomes lembrou que a população costuma associar as obras de governo à baixa qualidade e ele prometeu acabar com isso. Por ser do governo não significa que é ruim, disse o governador, que destinou

cerca de 4 milhões de reais para as obras. O Governador ressaltou que as escolas, além de modernas, têm de oferecer para os estudantes arte, cultura, lazer e esporte. “Uma escola completa faz com que os jovens interajam mais, o que melhora o aprendizado”, afirmou o governador.

As escolas vão atender 800 alunos. Em sua estrutura, cada escola contará com oito salas de aula, biblioteca, laboratórios de língua, informática, química, biologia, física, matemática e quadra poliesportiva.

Na escola profissionalizante, o investimento é de 4,5 milhões de reais, recurso oriundo do MEC e do Tesouro do Estado para atender cerca de 540 alunos.

Em seu discurso, o governador Cid Gomes reafirmou a educação como uma de suas prioridades. Para destacar os esforços do Governo do Estado para melhorar a qualidade da educação no Ceará, ele lembrou que seu governo vai terminar o ano de 2010 com 100 escolas construídas, representando mais de 20% das 640 unidades escolares que foram construídas ao longo da história.

Como disse o governador, a escola pública precisa ser de qualidade, porque quem a frequênta são os pobres. É uma forma de fazer justiça social. Os ricos colocam seus filhos em escolas particulares. Para que os jovens de menos condições financeiras tenham condições de competir com os demais, precisam ter uma boa escola.

É a educação que propicia a igualdade de oportunidades, base de toda democracia. Oferecer uma escola pública de qualidade inferior é condenar um contingente de jovens a viver com subempregos e a aumentar as listas de párias na sociedade.

É dever do Estado oferecer essa escola de qualidade, porque se não, fabricaremos uma espécie de gueto no ensino público, haverá um apartheid entre os que tem escolaridade e os que não têm ensino. O Brasil precisa de pelo menos o dobro de investimento na educação. Por isso pedimos 10 para a educação. Que sejam destinados 10% do PIB para a educação.

Jornal O Povo (Sobral), 31 de Outubro de 2009

A saída é a educação

Tramita no Senado Federal um projeto de lei que resgata a essência da educação no Bolsa Família. De autoria do senador Tasso Jereissati, o projeto de lei 247 institui um benefício extra vinculado ao desempenho escolar de crianças e adolescentes participantes do Programa Bolsa Família do governo federal.

Sempre que se fala no Bolsa Família, principalmente quando se critica o programa por seu aspecto meramente assistencialista, fala-se que, ao não apontar uma porta de saída, o benefício governamental nada mais é do que uma esmola. E sendo assim, em longo prazo, é mais prejudicialdo que benéfico tanto para o indivíduo como para a nação.

Como diz a frase de Zé Dantas, cantada pelo saudoso Luiz Gonzaga, “uma esmola a um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. Esse pequeno libelo contra o eterno assistencialismo aos nordestinos, e dos clássicos de nosso cancionero popular, dá bem o tom de que os donos do poder querem mesmo é ter o controle social, sem se preocupar com a libertação do povo.

Na verdade, o Bolsa Escola, como originalmente pensado, já embutia uma saída para as redes de proteção social que começaram a se disseminar a partir da década de 1980. E a saída é a educação. Como costume dizer, não há outra saída senão a educação. Porque a educação liberta, a educação dá as ferramentas para acabar com a miséria e a pobreza.

Quando o Bolsa Escola foi transformado em Bolsa Família, o programa se distanciou de seu objetivo inicial. E parece que foi por uma questão meramente política. O governo Lula, quando começou, só se falava no Fome Zero. Era o programa social para se contrapor ao Comunidade Solidária, que era tocado por dona Ruth Cardoso e ao Bolsa Escola, que faziam parte da rede de proteção social criada no governo de FHC.

Como o Fome Zero, apesar de todo o esforço de marketing, naufragou, o governo mudou de foco e criou o Bolsa Família, uma versão ampliada do Bolsa Escola, que agregava outros benefícios. Como tudo ficou num só bloco, deu mais visibilidade e retorno político ao presidente Lula. Inegavelmente, um grande sucesso de seu governo.

Por não apontar uma saída, o programa se transformou numa espécie de esmola e perpetuava a pobreza. Há uma diferença conceitual,

como apontou um dos criadores do Bolsa Escola, o senador Cristovam Buarque, o primeiro a aplicar o programa em nível estadual, quando governador de Brasília.

Ao exigir a contrapartida da matrícula da escola, o Bolsa-Escola oferecia às famílias a saída, pela educação, para que não venham a precisar mais da ajuda governamental no futuro. O Bolsa Família não exigia isso quando foi criado, mas hoje exige a frequência escolar do filho para que a família tenha direito ao benefício. O problema está na fiscalização. Muitos professores, condoídos com a situação, chegam a dar presença a quem não vai e desvirtuam a essência do programa.

O que o senador Tasso defende, neste projeto, é um benefício variável, vinculado ao desempenho escolar de crianças de 6 a 12 anos e de adolescentes de 13 a 16 anos, sem limite por família, a ser pago em razão de resultados positivos obtidos em avaliação oficial. Dessa forma, as famílias estariam atentas não apenas na frequência escolar de seus filhos, mas no desempenho geral, na leitura, no dever de casa.

É uma medida educativa tanto para os alunos quanto para os pais. É também uma aposta no futuro. O aluno que se sobressair nos estudos terá mais condições de melhorar de vida, de trazer benefícios para si e sua família. Ele vai garantir que nem ele nem seus filhos vão precisar de bolsas do governo para sobreviver. Com isso, interrompe-se o ciclo alimentador da pobreza e miséria.

A iniciativa do senador Tasso Jereissati pode significar um ponto de inflexão na história do Bolsa Família. Como ele mesmo diz, “Com um incentivo concreto, os estudantes procurarão aprimorar suas relações com a escola e com os professores.

Mais estimulados pelo interesse dos alunos, os professores tenderão a se envolver com a causa desse alunado.

Se queríamos uma saída para o Bolsa Família, o projeto de lei do senador Tasso Jereissati é uma luz no fim do túnel, a luz da educação, a iluminar o futuro de uma grande massa de crianças e adolescentes, que ainda vivem na pobreza e na miséria.

Jornal O Povo (Sobral), 21 de Novembro de 2009

A educação como processo

A educação é um processo. Isso é sabido desde o século V a.C., quando se originou a palavra grega *paideia*. O escritor e educador alemão Werner Jaeger, no seu livro “*Paideia e a formação do homem grego*”, diz que os gregos deram esse nome a todas as formas e criações espirituais. É toda cultura, incluindo a educação. Mas Jaeger alerta: “Não se pode utilizar a história da palavra *paideia* como fio condutor para estudar a origem da educação grega”.

Platão diz que a essência de toda a verdadeira educação ou *paideia* é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a Justiça como fundamento.

Na *Veja* desta semana (4 de agosto), o professor e educador Cláudio Moura Castro, no seu belo artigo “*O próximo passo*”, retoma esta idéia de educação como processo, de etapas a ser vencidas. Cláudio Moura faz um panorama da evolução educacional brasileira, que só veio conquistar a universalização da matrícula no ensino fundamental próximo ao fim do milênio. Aliás, precisamos garantir também a universalização da matrícula no infantil e no ensino médio.

O articulista da *Veja* cita algumas soluções, que representam o passo seguinte a ser dado pelo país: professores minimamente preparados, uma administração central operante, currículos claros, e não estar em greve com tanta frequência (seja de quem for a culpa).

Uma escola, atrativa, que ensine em contato com o mundo e aumente a autoestima de seus alunos. É a escola que buscamos. Currículo desconectado com a realidade, descontextualizado, é causa de aversão à escola.

Outro grande drama que costuma gerar polêmica é um ponto no qual não podemos deixar de tocar, sob o risco de sermos negligentes com assunto tão sério: a greve no ensino público. Seja qual for a causa ou o objetivo, a greve será sempre perniciosa para a aprendizagem. A greve é o cupim que deteriora as estruturas de uma boa educação pública. A vitória conquistada na greve pode ter um ou mais vencedores, ou até não ter nenhum. Mas sempre terá um perdedor: o aluno.

Cláudio Moura também aponta a falta de avaliação de professores para ascensão funcional. Diz ele: “Não há prêmios para quem faz certo ou puxões de orelha para os incompetentes e negligentes”. Para isso também já há uma luz. Alguns estados estão implantando sistemas

de premiação, como São Paulo, Minas e agora o Ceará, na gestão do governador Cid Gomes.

A premiação para as escolas com melhor desempenho da educação na idade certa é a mais recente iniciativa do Governo que vai nesse rumo. Aí se inclui a solidariedade pedagógica, em que parte do prêmio é condicionado a ajudar no melhor desempenho de escolas que ficaram no fim do ranking.

A bonificação baseada na produtividade do professor é outro estímulo e reconhecimento ao mérito. Outra com igual importância foi a inclusão de prova didática prática para os que desejam entrar no magistério público.

A cada etapa, vamos avançando rumo à educação de qualidade. A distância é grande, mas a caminhada está em curso.

Jornal O Estado, 05 de agosto de 2009

Dia do Estudante e do Advogado

No ano de 1927, por ocasião das comemorações do centenário de criação dos cursos jurídicos no país, implantados por D. Pedro I, Celso Grand Ley, participante daquelas festividades, sugeriu que se escolhesse a data da assinatura do Decreto Imperial para homenagear todos os estudantes brasileiros, ideia prontamente aceita; por pertinência temática, também nesta data comemora-se o Dia do Advogado.

Estas duas efemérides – o Dia do Estudante e o Dia do Advogado - são motivos suficientes para esta minha homenagem: os estudantes, por encerrarem nossa esperança de, num futuro próximo, podermos elevar nosso país à categoria de uma grande nação, cujo principal capital é a educação de qualidade de seu povo, permitindo com isso o exercício efetivo da cidadania.

Neste 11 de agosto, são também os advogados os destinatários desta nossa reflexão, pois têm uma tarefa árdua a ser cumprida no seu cotidiano, haja vista terem que, na defesa de seus assistidos, enfrentar a morosidade de um judiciário que claudica, em meio a um infindável número de processos, o que impede que a justiça julgue com a celeridade necessária o atendimento das pretensões daqueles que recorrem ao Judiciário.

Atualmente em nosso país, segundo dados da UFC, existem 1.124 cursos de Direito, entre autorizados e reconhecidos. Se considerarmos só o estado do Ceará, são 12 as instituições de ensino superior (IES) autorizadas, dentre particulares e privadas, a ofertar vagas a cada semestre letivo.

É nesse ponto que se torna necessário que o MEC, as autoridades educacionais, as IES, bem como a OAB, atuando dentro da competência de cada um, devam agir como guardiões da sociedade e fiscalizem criteriosamente esses cursos, com vistas à elevação da qualidade, sem que isto implique, no entanto, a diminuição das vagas. No caso particular da Faculdade de Direito de Sobral, vinculada à Universidade do Vale do Acaraú (UVA), orgulho-me de ter participado de sua criação e instalação e de saber ter ela conquistado conceito máximo na avaliação do MEC.

Rendo mais uma vez as merecidas homenagens à classe dos estudantes e dos advogados, certo de que ainda resta muito por fazer, e sem a luta destas categorias, sem o destemor de seus líderes e sem o particular sacrifício a eles impostos, desnecessariamente em tempos

escuros de regimes autoritários, e pouco dados ao diálogo e ao aprendizado resultante da troca de ideias, hoje não desfrutaríamos dos benefícios deste novo momento democrático que ora vivemos.

Jornal O Estado, 12 de agosto de 2009

A boa educação de Forquilha

Fiquei impressionado com o zelo pela educação demonstrado pelo prefeito de Forquilha, Edmundo Rodrigues, que eu tive a honra de testemunhar durante visita àquele município no último sábado (5/09). Estive lá para ministrar aula inaugural de dois cursos destinados à capacitação de servidores públicos.

De início, registre-se que a prefeitura de Forquilha não se limita à aplicação mínima de 25% do orçamento em educação. Isso é obrigação constitucional, sem a qual o gestor estaria à mercê das implicações legais. Portanto, aplicar 25% não é mérito do administrador.

O primeiro indicativo de um prefeito comprometido com a educação é a garantia de aplicar além dos 25%. A outra preocupação vai além dos recursos e diz respeito à forma como o dinheiro é aplicado, para que seus resultados sejam otimizados. Em resumo, não basta destinar o dinheiro, mas acompanhar de que maneira ele é aplicado.

Tudo isso está sendo feito em Forquilha, o que já faria de seu gestor alvo de reconhecimento como alguém que se preocupa com o bem-estar de sua cidade e com o futuro de seu município. Mas ele vai além. E atinge um alvo que deveria ser meta de todo educador: a elevação da autoestima dos alunos.

Desde que assumiu, a atual administração melhorou a infraestrutura educacional, adquirindo equipamentos modernos, transporte adequado para os alunos e trazendo tecnologia de ponta como computadores e internet, para as escolas. E investiu, sobretudo, na capacitação e valorização do professor.

A responsabilidade do município na área de educação é com o ensino infantil e fundamental. Pois Forquilha está fazendo algo que Fortaleza já fez, na época de Juraci Magalhães, e, infelizmente, abandonou: os cursinhos pré-vestibulares.

Em Forquilha, o cursinho já está em sua terceira turma. É um investimento municipal que habilita os ex-alunos e concludentes do ensino médio a se tornar fortes concorrentes a ingressar num curso superior.

Chamou-me a atenção a frase que estava impressa nas camisas dos alunos participantes do cursinho: EU TAMBÉM SOU CAPAZ. Isso expressa um posicionamento de quem não se abate com as condições que a geografia lhe impõe. Muitos alunos do interior chegam a Fortaleza ou a uma cidade grande para tentar ingressar numa universidade em situação inferior.

Posso dizer, não só por essa frase na camiseta, mas pelo semblante de cada um, que os alunos de Forquilha não estão aquém. Eles estão em pé de igualdade para disputar vagas para um curso superior.

É bom lembrar que o cursinho pré-vestibular oferecido pela Prefeitura de Forquilha não é restrito aos alunos da rede pública municipal ou estadual. Destina-se a qualquer aluno concludente do ensino médio que queira ingressar na faculdade.

Forquilha é uma cidade pequena, mas serve de exemplo a tantas outras pelo zelo demonstrado em relação aos seus filhos. Investir na educação é a única forma de garantir um futuro mais justo, que virá pelo desenvolvimento humano e social.

Jornal O Estado, 9 de setembro de 2009

Os desafios do analfabetismo

A escola pública do Ceará enfrenta uma situação de verdadeira catástrofe, no que diz respeito à alfabetização de seus alunos. Esta afirmação que nos choca a todos é de alguém que conhece a fundo os meandros da educação pública. É de autoria da coordenadora de Cooperação com os Municípios da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, professora Márcia Campos.

Ela foi publicada no Diário do Nordeste, edição de quarta-feira passada, dia 9, para abrir uma matéria com um conteúdo também de forte impacto: mais da metade do número de crianças de seis e sete anos matriculadas na rede pública não sabe ler nem escrever.

Do total de 140 mil crianças dessa faixa etária que freqüentam a rede pública de ensino, 75.600 delas são consideradas analfabetas funcionais, num percentual que chega a 54%. São números alarmantes e dão ideia do desafio do governo para enfrentar esse problema secular, que teima em não ser debelado, apesar dos sucessivos esforços governamentais.

Neste governo, há uma esperança a mais, pois o governador Cid Gomes vem de uma experiência exitosa na área de educação, quando gestor de Sobral. Experiência que ele agora amplia para o estado por meio do Programa de Alfabetização na Idade Certa, o PAIC, que já vem demonstrando resultado. Esses resultados, embora positivos, ainda estão muito longe do ideal.

É óbvio que o Ceará não é uma ilha neste cenário. E o Brasil, lamentavelmente, é o país com maior número absoluto de analfabetos em toda a América Latina. E dentro do Brasil, a região que mais sofre com essa praga que compromete o futuro de milhares de pessoas é o Nordeste, com taxas que variam de 16,8% em Sergipe a 25% em Alagoas. Paraíba e Piauí aparecem com 23%. Maranhão está com 21,4% e Rio Grande do Norte com 19,6%. O Ceará aparece com 19,1%, com índice superior a Pernambuco e Bahia, ambos com 18,5%.

Jornal O Estado, 16 setembro de 2009

O Fundeb e a nova realidade da educação no Brasil

O grande educador Anísio Teixeira considerava democracia e educação indissociáveis, uma relação de causa e efeito. A Constituição de 1988 veio ao encontro do maior anseio dele, ao consagrar, pela primeira vez em nossa história constitucional, a educação como um dos direitos sociais.

Ocorre que, entre a proclamação desse direito e sua efetivação, apenas o acesso à escola foi garantido. A permanência e a conclusão dos cursos na idade adequada permanecem como desafio.

A mesma Constituição que garantiu o direito à educação como parte da dignidade da pessoa dispôs sobre os recursos que deveriam ser destinados pelos entes públicos à educação. Diz em seu artigo 12 que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos.

Há que se gerenciar estes recursos financeiros, de forma que se obtenha o melhor rendimento possível, a transparência necessária e os resultados que todos desejamos. Estamos falando de cifras estimadas, para este ano de 2009, da ordem de R\$ 40,5 bilhões para o território nacional e de R\$ 2,9 bilhões o Ceará, segundo dados do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) e o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) dão diretrizes sobre os gastos e suas finalidades, e servem para orientar o gestor público a melhor gerenciar os recursos destinados à educação, em cada uma das unidades federadas.

No entanto, é imprescindível a contribuição ativa e vigilante da sociedade civil, para o justo controle social por meio da participação dos diretamente envolvidos com a execução das orientações emanadas de seus Conselhos, sejam eles municipais, estaduais ou o nacional.

Numa perspectiva histórica, nem sempre foi assim: se olharmos para o nosso passado, veremos que a educação neste país, ao longo de sua história, ficou marcada profundamente pela percepção das elites políticas ou econômicas de que o controle do conhecimento era vital para a manutenção do status quo de quem mais possuía ou de quem mandava.

O Fundeb representa um avanço sobre o Fundef. Mas, por si só, não é suficiente para garantir a universalização da oferta da educação básica. São necessários mais recursos financeiros para que garanta a melhor qualidade da educação, uma vez que, segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, o valor ideal a ser utilizado por aluno ao ano seria de R\$6.500,00.

Sugiro que a participação da União passe de 18 para 20%. E nos estados e município seja de 30% ou 35%, em lugar dos atuais 25%. O Brasil destina apenas 4,5% do PIB para a educação. Para se garantir maior qualidade seriam necessários, no mínimo, 10%. Defendemos, portanto, 10 para a educação.

Jornal O Estado, 07 de Outubro de 2009

Enem cria movimento estudantil

O novo Enem-Exame Nacional do Ensino Médio foi anunciado pelo ministro Fernando Haddad, com o objetivo de acabar de vez com o velho e ultrapassado exame vestibular, onde reina o decoreba em detrimento do aspecto crítico e reflexivo, e abrir perspectiva de melhoria do sistema educacional brasileiro, a exemplo do que fazem os países europeus e os Estados Unidos da América. Houve euforia no meio universitário pela proposta lançada pelo MEC.

Sendo professor universitário, tendo trabalhado por quase dez anos no MEC, e com vasta experiência no ensino superior, sempre fui crítico do antigo vestibular e torcia para que o processo de seleção fosse modificado, como está acontecendo agora. Esta mudança recebeu logo a adesão de grande parte das universidades federais, estaduais e mesmo particulares.

Mas, logo na primeira ocasião em que a nova prova iria se realizar, ocorre o vazamento, frustrando a expectativa de milhões de estudantes. Qual não foi a frustração com a notícia do roubo da prova do Enem, provocando um grande “imbróglio” no sistema universitário brasileiro. Um problema para 24 das 55 universidades federais que usariam o Enem como forma de seleção, além de universidades e faculdades estaduais, envolvendo 4,1 milhões de estudantes inscritos e com previsão de custo de R\$ 116 milhões, para realização da prova, além de R\$ 35 milhões de prejuízo com o vazamento.

O Ministério da Educação responsabilizou pelo vazamento apenas o consórcio contratado para a aplicação do Enem. Mas, segundo especialistas e dirigentes universitários, o Ministério também falhou em não acompanhar a impressão e distribuição da prova.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais- INEP, responsável pelo contrato, não fiscalizou a segurança e aprovou a escolha da gráfica que hoje é criticada, tendo inclusive autorizado o manuseio desnecessário das provas que deveriam ser lacradas.

O próprio ministro Fernando Haddad, lamentando o ocorrido, diz que a proposta de acabar com o vestibular não pode sucumbir pela ação de delinquentes.

Alem de ter fragilizado todo o sistema da prova do Enem, o “affaire” provocou o surgimento de um novo movimento estudantil que reflete a indignação de 4,1 milhões de inscritos no exame.

Este novo grupo intitula-se Nova Organização Voluntária Estadual - Nove, autodenominada apartidária, pacifista e ativa que surge em

contraponto às tradicionais União Nacional dos Estudantes - UNE e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes.

A Nove critica a Ubes e a UNE pela ausência nas escolas e o silêncio perante o recente caso do Enem. Critica também tais movimentos estudantis (UNE e Ubes) por se afastarem de seus ideais em defesa da educação, dependentes que estão das benesses do governo federal.

Jornal O Estado, 14 de Outubro de 2009

O fim da DRU na educação

Desde 1996, quando foi criada a DRU (Desvinculação de Receitas da União), o país vinha cometendo um crime contra o próprio futuro, pois atingia as gerações vindouras ao retirar dinheiro da educação para outros fins. O Ministério da Educação estima que nesse período cerca de R\$ 100 bilhões deixaram de ser aplicados na educação brasileira. Um verdadeiro atentado ao ensino público, que só agora está sendo reparado.

Com a aprovação da proposta de emenda à Constituição que determina o fim da DRU para a educação, o MEC terá R\$ 9 bilhões a mais em 2011. Representa 21% do orçamento da área em 2009, que foi de R\$ 41 bilhões. Esse recurso extra será destinado prioritariamente à formação de professores, conforme anunciou à Folha de S. Paulo a secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda.

A DRU que se abateu sobre a educação foi um equívoco ainda do governo anterior e permaneceu por quase todos os dois mandatos da atual administração. E só será sanado na gestão do próximo presidente. Isso dá idéia de como é difícil conseguir recursos para a educação em nosso país. A PEC, aprovada agora e que repõe a justiça, precisou tramitar por seis anos no Congresso.

Temos outra boa notícia para a educação. Além de garantir mais recursos, a PEC aprovada no Senado também amplia a obrigatoriedade do ensino, passando a incluir a pré-escola e o ensino médio. Hoje apenas o ensino fundamental (dos 7 aos 14 anos) é obrigatório. O texto prevê que essa ampliação ocorra de forma gradual até 2016.

A universalização do ensino a partir dos 4 anos de idade é um avanço extraordinário para a educação brasileira. Dos países do Mercosul, o Brasil era o mais atrasado, com a obrigatoriedade dos estudos só a partir dos 7 anos. Chile e Paraguai iniciavam os estudos a partir dos 6 anos, já Argentina e Uruguai a partir dos 5 anos. Agora, com a nova medida, o Brasil passa a exigir que as crianças comecem a ir à escola a partir dos 4 anos. Só esse fato pode provocar uma revolução na educação brasileira.

O presidente Lula poderia ter feito muito mais pela educação. Mas não podemos negar os avanços ocorridos em seu governo, a começar por essa novidade da obrigatoriedade mais cedo no ensino público. Além disso, ele investiu na ampliação da jornada escolar e valorizou o Enem, criado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Enem é um estímulo importante para que as escolas valorizem a reflexão em vez da memorização de fórmulas. E isso, embora ainda incipiente, já se vislumbra no panorama educacional, principalmente nas escolas privadas.

Mas não basta garantir a universalização do acesso ao ensino. Hoje, temos a universalização a partir dos 7 anos, mas não se garante a continuidade. A falta de professores qualificados, currículos inadequados, escolas e aulas pouco atraentes contribuem para o alto índice de evasão. Sem contar o drama da repetência e do analfabetismo escolar.

Jornal O Estado 04 de Novembro de 2009

Programa de Aceleração da Educação

Muito mais do que o Programa de Aceleração do Crescimento, o Brasil está precisando é de um bom planejamento para a educação. Estamos precisando mesmo é do PAE, Programa de Aceleração da Educação.

O censo do ensino superior chama para algumas distorções, quando registra o crescimento de 117% na quantidade de vagas não preenchidas em universidades públicas federais.

No ano passado, mais de 7 mil vagas oferecidas nos vestibulares das federais deixaram de ser ocupadas segundo o MEC. Ao todo, 1,5 milhão de oportunidades não aproveitadas.

Desde o início da década de 1990, o Brasil vem expandindo o número de instituições de ensino superior, com estímulo do governo ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

O Brasil deve perseguir o crescimento do número de matrículas universitárias para se aproximar dos patamares dos países desenvolvidos. Da população apta a cursar a universidade, o índice brasileiro é de 16%. No Ceará e no Nordeste, o número cai para um pouco mais que a metade.

Para se ter idéia do que esse número representa, nos Estados Unidos o percentual é de cerca de 90%. Perdemos até os vizinhos da América do Sul. Chile e Venezuela e Uruguai alcançam 40% de jovens matriculados no ensino superior, mais que o dobro do que ocorre no Brasil.

Mas esse crescimento precisa de um mínimo de planejamento e de forma a atrair o público jovem. Se não, acontece o que vimos no ano passado, quando o aumento do número de matrículas no ensino superior não acompanhou a expansão das vagas.

A quantidade de universitários brasileiros chegou a 5 milhões, mas o ritmo do crescimento desacelerou. Por isso, insisto que nós precisamos é do Programa de Aceleração da Educação. O Brasil não deverá atingir a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação para 2011, que era de 30% da população de 18 a 24 anos frequentando a universidade.

Outro dado preocupante apresentado pelo censo é o índice de conclusão de curso. Não chega a 60% o percentual de estudantes que conseguiram se formar.

Pela primeira vez, desde 1998, o número de universidades, faculdades e centros universitários diminuiu. O governo ainda estuda as razões para esse fenômeno.

Defendemos mais investimentos em educação, porque eles são mesmo necessários e urgentes, mas precisam ser aplicados de forma inteligente e eficaz.

O foco dos investimentos deve ser no ensino básico, com estudantes de quatro a 17 anos de idade. Mas no aspecto sistêmico e orgânico da educação, o ensino superior também é fundamental. Não só por incentivar a inovação, a tecnologia, a pesquisa, mas por ser retroalimentador do sistema educacional, ao preparar professores que lecionarão no ensino básico.

Se não tivermos um bom ensino superior, não teremos um bom ensino básico. O desafio é estabelecer o limite, os recursos, as metas e as prioridades para cada uma das etapas educacionais.

Jornal O Estado, 2 de dezembro de 2009.

Agente Comunitário de Educação

Estou dando entrada na Assembleia a um projeto de indicação instituindo a figura do agente comunitário de educação, com o objetivo principal de combater a evasão escolar, a repetência e o analfabetismo juvenil, que são as grandes pragas a ameaçar o futuro de nossas crianças.

Quando o governador Tasso Jereissati assumiu o governo do Ceará pela primeira vez, era dos mais altos o índice de mortalidade infantil. Como resultado do trabalho dos agentes de saúde, o Estado apresentou a maior redução de mortalidade infantil de todo o país. A meu ver, foi um dos maiores feitos do Governo das Mudanças, uma gestão que deixou marcas na área social.

As crianças que não têm educação ou não são educadas adequadamente também sofrem um tipo de mortalidade, pois a falta de aprendizagem deixa sequelas para o resto da vida, muitas delas irreparáveis. Um país que se quer grande não pode se acomodar com uma taxa de analfabetismo de 10%. No Ceará, é quase o dobro.

Os agentes comunitários de educação, que poderiam ficar lotados na Secretaria da Educação e seguir seus planos pedagógicos, teriam, a exemplo dos agentes de saúde, uma ação profilática e terapêutica. Cada equipe seria responsável por um número de famílias que seriam acompanhadas sistematicamente, com atenção primordial aos beneficiários do Bolsa Família.

Se o aluno faltar à aula ou tiver desempenho abaixo do esperado, a equipe deve discutir com os pais sobre o problema para diagnosticá-lo e buscar uma solução. Os agentes vão servir de mobilização e conscientização da família para participação atuante na educação das crianças. É um elo de interação entre a escola e a família.

Uma das funções desses agentes seria o de incentivar a leitura, levando não só para os alunos mas para toda a família o prazer dos livros, das histórias, do mundo lúdico. Para isso, a Secretaria da Educação deveria desenvolver um programa específico, incluindo a dotação de livros, de minibibliotecas que ficariam à disposição de um grupo de famílias, a exemplo do que já ocorre em São Gonçalo do Amarante, com o baú de leitura.

Outro aspecto seria o do reforço escolar. Muitas vezes, a evasão escolar se dá pela falta de estímulo. O aluno não consegue acompanhar o conteúdo, vai ficando para trás em relação a seus colegas e finda por

abandonar por completo a escola. O reforço escolar seria uma medida simples para trazer de volta ao aluno o entusiasmo pelos estudos.

Os agentes comunitários de educação evitariam muitas mortes prematuras. Afinal, como diz Viviane Sena, a má qualidade de educação é o exterminador do futuro da criança brasileira. De cada dez crianças que entram na primeira série do ensino fundamental, só três terminam o ensino médio. É uma verdadeira mortandade de cérebros.

De cada dez alunos que concluem a oitava série, somente dois sabem o que deveriam saber nesse nível de escolaridade em língua portuguesa. Daí a urgência desse programa.

Jornal O Estado, 9 de dezembro de 2009

Educação infantil

Com a aprovação da lei que torna obrigatório o ensino a partir dos 4 anos até os 17, o Brasil deu um grande passo não só para a melhoria da educação no país, mas também para a diminuição das desigualdades sociais.

Não se pode negar a trajetória progressista em busca da educação de qualidade, desde o advento da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB), em meados da década de 1990. A universalização do acesso ao ensino obrigatório, que na época era a partir dos sete anos foi um marco.

O acesso, porem, não rimou com sucesso, pois o índice de evasão escolar é uma mancha que ainda enodoa a educação brasileira, fazendo com que apenas 50% das crianças que ingressam nas primeiras séries do ensino básico cheguem ao término do curso.

O chamado analfabetismo escolar, em que os estudantes não aprendem o adequado para cada idade e alcançam algumas séries sem saber ler ou identificar um texto simples, é outro obstáculo que se agiganta e demanda ações mais eficazes para seu combate.

No entanto, não podemos ficar à espera de debela os problemas existentes para perseguirmos novas metas. Mesmo com essas dificuldades, o Brasil tem avançado e agora chega à mais que esperada, e efusivamente aplaudida por nós, a obrigatoriedade do ensino infantil.

Segundo o economista americano James Heckman, detentor de um Prêmio Nobel, o Brasil deveria implantar uma rede de atenção ao desenvolvimento infantil que cubra a maioria da população. Segundo ele, essa é a melhor ferramenta para corrigir desigualdades e promover o desenvolvimento social.

Deixar para nos preocupar com a educação a partir dos sete anos já seria muito tarde. Nessa faixa etária, crianças oriundas de famílias carentes e de classe média já apresentariam defasagem na capacidade de aprendizado, que tende a se perpetuar. Os reflexos dessa defasagem recaem sobre o futuro mercado de trabalho ou na probabilidade de envolvimento com o crime.

Por isso, não devemos apenas aplaudir a medida do governo, mas exigir atenção aos desdobramentos. Como o foco do ensino obrigatório não incluía o infantil, nós fomos deixando de lado a formação do professor voltada para esse segmento. A respeito disso, apresentei um projeto de indicação, já aprovado pela Assembleia, que institui o curso de licenciatura plena em Educação Infantil nas universidades públicas do estado do Ceará.

De acordo com o presidente do Conselho de Educação do Ceará, professor Edgar Linhares, há cerca de 12 mil salas de aulas destinadas ao ensino infantil, envolvendo 200 mil crianças. Há 600 escolas do Estado exclusivas para o ensino infantil, mas não foi ainda institucionalizada a figura do professor direcionado ao ensino infantil.

Aos quatro anos de vida, devem ser desenvolvidos dois tipos de habilidades: as cognitivas, que ajudam as crianças a enxergar o mundo de forma abstrata e lógica, e as não-cognitivas, relacionadas ao autocontrole, à motivação e ao comportamento social.

Jornal O Estado, 23 de dezembro de 2009

O custo da ignorância

Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, o diretor sênior associado da Harvard School of Business, Howard Stevenson, disse que compreender o futuro exige investimento em educação. E apontou um argumento irrefutável para defender esse investimento: o custo de não fazê-lo. “Se você acha que o custo da educação é alto, tente o custo da ignorância”, disse.

Essa frase é uma chave para responder àqueles que acham que a educação exige muitos recursos. O custo, porém, será bem maior se não tivermos grandes investimentos e boa aplicação deles. Stevenson diz que o mundo não se pode dar ao luxo de ter 70% da população na ignorância.

Howard Stevenson fala em tese sobre a educação mundial, que está a demandar investimentos. O caso brasileiro é ainda mais grave e exige coragem para enfrentá-lo. Há uma semana, a presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna, lembrou em palestra o abismo que nos separa de uma educação ideal.

Baseada em pesquisas, ela afirmou que, no ritmo em que está, o Brasil levará 247 anos para chegar ao nível educacional dos países desenvolvidos. O acesso ao ensino fundamental está universalizado, mas não se garante nem a manutenção nem o sucesso do aluno na escola. Na rede pública, apenas 50% dos estudantes concluem o fundamental, e somente 30% terminam o ensino médio. Isto é, 70% das crianças viram analfabetos funcionais.

E os que se mantêm na escola têm um desempenho muito ruim. Em Português, 2 em cada 10 alunos sabem o que deveriam saber nas suas séries. Em Matemática é pior, apenas 1 em cada 10. Com esse dado desalentador, Viviane Senna conclui: “a educação continua sendo para poucos e, portanto, o País ainda é para poucos”.

Preocupação com os rumos da educação de seu país demonstrou o presidente Obama. Isso num país onde o nível de qualidade é muito alto. Não deixou dúvidas em seu discurso de posse: “Em uma economia global, na qual a habilidade mais valiosa que você pode vender é o conhecimento, a boa educação não é mais só a trilha para as oportunidades – é pré-requisito. Três quartos das carreiras de maior crescimento hoje exigem mais do que o diploma universitário”.

Nas medidas de combate à crise, Obama incluiu a educação. Destinou US\$ 100 bilhões dos US\$ 787 bilhões do seu pacote de estímulo à economia.

E não fez só isso, convocou seus cidadãos a estudar mais e a voltar à escola: “Esta noite peço a todos que dediquem pelo menos um ano a mais ao ensino superior ou à qualificação profissional. Qualquer que seja esse treinamento, todos precisarão ter mais do que um diploma universitário.”

Se o apelo de Obama é válido para os Estados Unidos, mais vale para o Brasil, onde, nas palavras de Viviane Senna, a escola “É um verdadeiro exterminador de futuro”. Rachel de Queiroz dizia que escrevia por necessidade. Escrevo também para dividir preocupações. Por isso deixo as palavras de Viviane Senna para reflexão: “É como se o vírus da má qualidade do ensino atacasse e matasse 70% das crianças. As que saem com três ou quatro anos de escolaridade, que emprego vão arrumar? Que capacidade vão ter para tomar decisões? Que tipo de produtividade vão ser capazes de fazer?”

O custo da ignorância é muito maior que qualquer investimento em educação.

Jornal O Povo (Sobral), 8 de agosto de 2009

A escola e a comunidade

Na escola pública brasileira não há ensino de qualidade, os professores são mal remunerados, as instalações são inadequadas e a pedagogia está distante da realidade dos alunos. Além de todas essas mazelas, muitas das escolas convivem com o medo, tendo em vista o ambiente de violência onde estão inseridas, como demonstrou o jornal O Povo, que dedicou uma série especial de reportagem sobre o tema Violência nas Escolas.

Numa delas, a repórter Yanna Guimarães comprovou que abrir a escola para a comunidade é uma saída para enfrentar o problema. A escola não é uma ilha, ela reflete o contexto onde se encontra. Influenciam e são influenciadas pelo ambiente onde atuam. Embora muitas virem as costas para a comunidade, a saída é mesmo a interação. Seja num ambiente hostil ou favorável ao aprendizado.

Na escola pública mais simples ou numa instituição privada das mais sofisticadas, a sociedade tem colocado nas mãos dos professores uma tarefa que vai além de suas responsabilidades, que é a educação integral de seus filhos. Uma tarefa por demais árdua, que não pode prescindir da participação atuante dos pais. No corre-corre diário e diante das demandas profissionais, estes estão abdicando de uma de suas funções mais nobres, a educação dos filhos.

Mesmo o professor mais preparado está longe de substituir a função dos pais. E se a educação, base para o futuro da criança, é tão importante, os pais devem acompanhar de perto o desempenho escolar de seus filhos, devem cooperar com a escola, participar ativamente de seus eventos e cobrar tanto da instituição como dos professores uma postura mais profissional.

O professor, já se disse muitas vezes, é continuador das ações da família. Jamais o substituto. A conquista da universalização do acesso ao ensino básico não foi suficiente para o aprendizado. É preciso garantir a manutenção na escola até às séries finais do ensino médio. As notas do Ideb e o alto índice de crianças não-alfabetizadas na idade certa são denotadores dessa realidade. Não basta o pai matricular o filho, tem de acompanhar seu desempenho. Como a grande maioria não teve esse hábito – muitos nem freqüentaram a escola ou o fizeram de forma deficiente – eles delegam à escola e aos professores essa tarefa.

Quando consultados, esses pais revelam satisfação com a es-

cola, com os professores e com as instalações. Obviamente estão comparando a situação de seus filhos com a que tiveram durante sua própria infância ou adolescência. Na comparação, os filhos estão bem melhor, mas estão muito aquém do que poderiam estar desfrutando. Enquanto isso, o país vai patinando na educação e perdendo espaço na corrida para o desenvolvimento.

A violência que ronda as escolas não está circunscrita aos bairros da periferia, embora haja aí maior concentração. O tráfico, essa praga de nossa era, se infiltra no ambiente escolar, de forma deletéria, por atingir um público carente de atenção, com problemas de autoestima e com o caráter ainda em formação. O falso prestígio e o respeito angorados no submundo do crime têm atraído jovens oriundos de famílias desagregadas.

O tráfico, uma grande violência em si mesmo, é gerador de uma cadeia maior de violência, que envolve disputa por pontos de venda desse mercado macabro que oferece ilusões e cobra muito caro dos que se deixam emaranhar em suas teias. Lembremos alto índice de mortes violentas entre os jovens. Muitas vidas estão sendo ceifadas no vigor da juventude.

Ao mesmo tempo em que é vítima, a escola, envolvida no problema, é também parte da solução. Os exemplos apontados na matéria do O Povo são eloqüentes ao afirmar que, quando a escola se abre para a comunidade, ganha respeito de seus moradores. Mais que isso, ela participa da vida ativa do local e contribui para diminuir a quantidade de jovens que poderiam estar se desviando se não contassem com uma escola atraente para estudar e se relacionar com seus colegas.

À medida que a comunidade começa a participar das atividades da escola, os moradores começam a percebê-la como algo de sua propriedade, de cada um e de todos eles. É uma forma inteligente de aproximação. Seja através do esporte, de atividades culturais ou de cursos extracurriculares. Quem sabe, assim, os pais e as mães estarão mais atentos e mais próximos de seus filhos e dos seus afazeres escolares.

Só a educação pode propiciar um futuro diferente para aqueles que se acham destinados à pobreza ou à violência por se encontrarem em situações sociais deploráveis. Só a educação pode contribuir para a elevação da auto-estima e prevenir que jovens cheios de energia possam canalizá-la para o bem comum, e não para a tragédia pessoal.

Formação do gestor escolar

O presidente do Conselho de Educação do Ceará, professor Edgar Linhares, está desenvolvendo um projeto de formação de diretores, que visa preparar gestores para o exercício da administração escolar. Nos estudos que o professor Edgar Linhares realizou, a constante era: escola com bom desempenho tinha boa gestão. O contrário também se verifica. Quando os indicadores da escola são ruins é porque a gestão escolar deixa a dever.

Até então essa conclusão do professor Edgar Linhares estava no campo empírico, embora embasada numa pesquisa particular com 7 mil escolas cearenses. Pois agora, suas teses foram confirmadas no âmbito nacional, de acordo com recente pesquisa do Ibope em parceria com a Fundação Victor Civita. Os diretores de escola pública gastam tempo demais com burocracia e quase não se preocupam com as questões da sala de aula. Enfim, estão despreparados. E talvez aí esteja uma das principais causas da baixa qualidade no ensino público.

A pesquisa envolveu 400 diretores de colégios públicos no país inteiro. De pronto, uma constatação chocante: 64% dos diretores reconheceram que não estão suficientemente preparados para exercer o cargo que ocupam. A administração escolar não leva em conta qualquer meta acadêmica. O foco dos esforços não está centrado na qualidade do ensino, e os gestores chegam a ignorar a nota de suas escolas nos rankings oficiais. Eles não se julgam responsáveis pelos resultados escolares, nem pelo sucesso ou insucesso dos alunos.

Apenas 2% se sentem responsáveis pelos maus resultados da escola. Para 98% –isto é, para a quase totalidade dos gestores – a culpa é dos pais, dos professores, dos alunos, do colégio e até do governo, jamais deles.

Na verdade, o sistema de ensino também é culpado. Pois cobra mais do diretor os aspectos de infraestrutura e gerenciamento de itens burocráticos do que com os resultados acadêmicos. Para 90% dos entrevistados, a supervisão da merenda fornecida pelo governo, a limpeza do prédio e a fiscalização na entrega de material didático consomem todo o tempo. Isso é um claro desvio de função.

O professor Edgar Linhares, com seu enorme talento e expertise na área de educação, já nos disse que o grande gargalo está na formação de executivos de gestão escolar. Não adianta ter bons professores com maus gestores. A escola continuará a ser ruim.

Segundo o presidente do Conselho de Educação, quem faz a diferença é o diretor da escola, que deve ser escolhido por sua competência. Nisso, Edgar Linhares critica o Ministério da Educação, que estimula a gestão participativa, com a escolha do diretor por meio de eleições. Pode ser eleito o mais simpático, e não o mais preparado. Ele disse que 70% dos problemas de uma escola decorrem da incompetência administrativa.

A julgar pela pesquisa do Ibope, esse é um problema de solução demorada. Apenas 5% dos gestores chegaram ao cargo por critérios técnicos, boa parte foi por indicação política. A maioria dos diretores é egressa da carreira de professor, com formação em Pedagogia ou Letras, e não se exige deles nenhuma experiência como gestores, nem mesmo a passagem por um curso em que desenvolvam as habilidades de liderança de equipe.

Em geral, vale a regra: quanto mais eficiente o diretor, melhor o ensino da escola. Em países onde a educação está entre as melhores, o diretor só pode ocupar o cargo depois de passar por uma espécie de MBA. Durante seis meses, freqüentam cursos para aprender técnicas elementares de gestão e fazem estágio em grandes empresas, nas quais observam os métodos aplicados por executivos. É assim em Cingapura, país que levou às últimas conseqüências o treinamento de diretores de escola.

O Brasil, que com razão se preocupa muito com a formação do professor, precisa com urgência focar também na formação do gestor escolar, como advoga o professor Edgar Linhares. Pode ser que o Ceará seja o pioneiro nesta nova frente de batalha, se depender do entusiasmo do presidente do Conselho de Educação. Precisamos de uma escola de gestores, com o objetivo de dotar nossas escolas de bons executivos, centrados e comprometidos com o aprendizado dos alunos e não apenas com a merenda escolar.

Jornal Expresso do Norte 06 de Novembro de 2009

Mais educação para Fortaleza

A aprovação das contas do primeiro ano do primeiro mandato da prefeita Luizianne Lins causou polêmica nos meios políticos. O mais preocupante desse imbróglio todo não é se foi aplicado ou não o percentual previsto na Constituição. O que nos causa tristeza é a rubrica em que se estabeleceu a polêmica: a educação.

A educação deveria ser o item sobre o qual não pairasse qualquer dúvida, pois o gestor ciente de sua responsabilidade não deveria aplicar apenas o mínimo exigido na lei orçamentária. A educação merece mais, pois é a fonte para prevenir tantas mazelas sociais e diminuir as desigualdades.

Não estou aqui para criticar a professora Luizianne Lins, nem lançar dúvidas sobre a correção de seus dados orçamentários. Afinal, o Tribunal de Contas do Município lhe deu razão com um placar insofismável: 4 a 1. O meu objetivo é garantir que sejam carreados mais recursos para educação. Isso pode parecer utópico, tendo em vista as demandas sociais e políticas que assoberbam a administração pública. Há um enorme déficit de direitos que foram sendo suprimidos ao longo da história. Sei que esse déficit não se resolve de uma hora para outra. Mas insisto que a educação é a forma mais efetiva de amenizar essa situação.

Fortaleza é uma cidade cheia de contradições e desigualdades, que ferem nossa consciência de cidadão. E, lamentavelmente, essa condição não é nova e tem se intensificado, com as conseqüências que nos atingem dia a dia, principalmente com o aumento da miséria e da violência. Os problemas urbanos se acumulam a exigir do gestor planejamento, ações imediatas e de longo prazo, vontade política e visão de estadista.

Lembro que essas discussões já faziam parte do meio acadêmico desde a década de 1970, quando iniciei minha carreira de professor no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Naquela época, mesmo num ambiente sob censura, já debatíamos os problemas de Fortaleza, ainda uma cidade de médio porte.

Naquele momento e nas condições socioeconômicas em que se encontrava, nos debates travados na universidade, já se discutia que pelos dados socioespaciais e as pequenas ações desenvolvidas pelo governo já se prenunciava o surgimento de distorções com o aparecimento de favelas, áreas de risco e inchaço progressivo, fruto de uma urbanização exagerada e desorganizada.

Este crescimento desenfreado continuou a acontecer sem nenhum planejamento espacial, sem decisão política firme para mudar o rumo, transformando Fortaleza na quinta capital mais populosa do país.

Segundo reportagem do jornal Diário do Nordeste de 29 de agosto, a capital cearense cresce em número de favelas, no aumento da pressão social, com precarização de condições de renda, de acesso a serviços básicos e moradia. Além de uma legião de desempregados, subempregados, verdadeiros párias vivendo à margem da sociedade, submetidos a uma vida de violência e drogas.

No Ceará, temos 400 mil pessoas sem moradia digna. Só na região metropolitana de Fortaleza o déficit habitacional, segundo dados oficiais, é estimado em 140 mil imóveis. Além disso, o número de favelas chega a 622, conforme informações da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, sem contar as áreas de risco, que só são efetivamente levadas em consideração durante o inverno, quando o drama das enchentes bate à porta.

Dentro deste quadro desalentador, a situação ainda é pior se acrescentarmos os dados educacionais. Segundo o último levantamento do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, que avaliou 124 mil alunos do 2º ano do ensino fundamental de 6 mil escolas públicas do estado, a situação de Fortaleza não é nada boa. E piorou no ranking da alfabetização escolar, calculada a partir do nível de proficiência em português e matemática dos alunos. Em 2007 tinha ficado na 89ª posição entre as cidades cearenses. Agora, ocupa a 104ª posição.

Diante deste quadro caótico educacional e da situação socioeconômica de Fortaleza, venho propor uma medida salutar. Que se aumente o percentual da receita orçamentária para a educação. Que saia dos atuais 25% para 30%, nem que seja de forma gradual, até chegar ao nível ideal com gastos educacionais. A educação é a única tábua de salvação para o homem desenvolver-se, conseguir emprego, saúde, ao tempo em que poderá tornar-se um cidadão participante.

Agindo assim, podemos até continuar discutindo as contas da atual e das futuras gestões de Fortaleza, pois o debate faz parte do confronto político entre governo e oposição. Mas, com certeza, estaremos garantindo mais recursos para a área mais vulnerável, que é a educação.

Sem educação, não há solução.

Jornal Correio da Semana, 05 de Setembro de 2009

Todos pela educação

Há três anos, o Movimento Todos pela Educação, criado para mobilizar o país pela educação de qualidade, estabeleceu cinco metas para monitorar e acompanhar a evolução dos esforços empreendidos no Brasil nesta área. Na coordenação desse Movimento está uma pessoa que já milita há muito na educação e de quem eu tenho a honra de ser amigo.

Trata-se do professor Mozart Neves Ramos, ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco, com quem discuti muitas idéias sobre o ensino superior nos fóruns de educação quando eu era reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Também participa desse grande Movimento a educadora Viviane Senna.

Lamentavelmente, a educação está em sexto lugar na lista de prioridades dos brasileiros. E ela precisa estar em primeiro lugar, pois é causa e solução para as demais demandas do povo brasileiro na área social. O Brasil tem avançado, mas o ritmo é desanimador.

Daí, a necessidade de uma permanente mobilização social para que a educação passe do estágio atual, de tema importante, para agenda prioritária e urgente. O Movimento Todos pela Educação se propôs esse desafio ao definir cinco metas para o Brasil até 2022, ano do bicentenário da nossa independência.

As metas estão focadas no atendimento escolar, alfabetização das crianças, aprendizagem escolar, conclusão das etapas do ensino básico e volume e gestão dos investimentos públicos em educação.

O segundo relatório do Todos Pela Educação acompanha mais especificamente o comportamento das metas 1 - referente ao atendimento escolar e 4 - que trata da conclusão do ensino fundamental e médio.

No que diz respeito ao atendimento escolar de crianças e jovens de 4 a 17 anos, considerando os dados do Brasil, de 2007 para 2008 houve aumento de um ponto percentual, de 90,4% para 91,4%. Apesar do avanço, o resultado ficou abaixo da meta intermediária de 91,9% projetada para 2008.

No que se refere à meta 4 - conclusão das etapas da educação básica-, os dados relativos ao ensino fundamental indicam que o Brasil cumpriu a meta em 2008. No tocante ao ensino médio, o resultado do Brasil ficou acima da meta estipulada, com uma taxa de conclusão aos 19 anos de 47,1% em 2008, para uma projeção de 43,9%.

Esse é um bom sinal, mas ainda é a metade da meta final, que é de 90%. Na análise dos estados, o Ceará foi o maior destaque positivo, que superou em muito a meta de 33,1%, alcançando o percentual de 41,1%. Outros estados com bons resultados foram Pará, Rondônia, São Paulo e Tocantins, que superaram as estimativas para o período.

No entanto, não podemos dormir sobre os louros. A advertência é do próprio professor Mozart ao citar seu estado de origem. Pernambuco também havia superado a meta no ano passado e despençou neste ano. Ele citou nominalmente a secretária Isolda Cela, que está fazendo bom trabalho, mas que deve ficar atenta para manter e melhorar o desempenho.

Na avaliação do professor Mozart, os indicadores educacionais em 2008, retratados pelas metas de atendimento e de conclusão escolar do Todos pela Educação, mostram que o Brasil avançou, mas não na velocidade desejável. Esse ritmo determina, cada vez mais, a necessidade de conferir à educação um caráter de urgência.

Ele lembrou que o Brasil gasta apenas R\$ 2.005,00 por aluno do ensino básico anualmente. Isso representa a metade do que gastam Argentina, Chile e México. E é três vezes menos do que gasta a Comunidade Europeia.

Mais que o financiamento, o professor Mozart disse que o Brasil precisa melhorar a gestão dos recursos. Se não, vira lama na primeira chuva, como disse o senador Cristovam Buarque para a Globo News, durante o lançamento do relatório.

Em nossa conversa com o professor Mozart, ele disse que o Brasil ainda não fez o seu dever de casa na educação. Numa economia crescente e cada vez mais pujante como a brasileira, corremos o risco de ter que importar cérebros para tocar essa economia, por falta de mão de obra que deixamos de qualificar.

Isso demonstra o sentimento de urgência para a educação. Poderíamos repetir como um mantra um dos motes do Movimento Todos pela Educação: o futuro do Brasil depende das crianças. O futuro das crianças depende da educação. A educação depende de todos nós.

Jornal Correio da Semana, 12 de dezembro de 2009

Ensino profissionalizante no Ceará

O resultado do Censo Escolar 2009, divulgado nesta semana pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), aponta um crescimento de 38% nas matrículas da educação profissional no Ceará. Foi o segundo maior crescimento nesta área em todo o Brasil entre 2008 e 2009. Na frente do Ceará apenas o estado de Rondônia.

O ensino profissionalizante no Ceará contabilizou o ingresso de 4.542 alunos neste ano. A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), antigo Cefet, no interior está sendo apontada como uma das justificativas do desempenho cearense no ensino profissional. Segundo o reitor do IFCE, professor Cláudio Ricardo Gomes de Lima, o governo federal projeta triplicar o número de vagas no próximo ano.

A demanda pelo ensino profissional se confirma no Ceará, demonstrando que o governador Cid Gomes está com a razão em apostar neste tipo de educação. Em 2008, foram criadas as primeiras 25 escolas de educação profissional.

No ano de 2009, mais 26 unidades passaram a funcionar com essa nova sistemática, e em 2010 outras 50 escolas serão abertas.

A educação nestes estabelecimentos será oferecida em dois turnos. Num deles, os estudantes seguem o currículo convencional, como nas demais escolas. No outro turno, os jovens terão um ensino direcionado para o mercado de trabalho. Esse tipo de escola tem duas vantagens.

Uma, de caráter eminentemente educativo, faz com que o aluno vivencie mais a escola, tenha maior contato com os livros e colegas. Além de preparar para o exercício de uma profissão, com noções básicas do ofício em que poderão atuar logo depois de formados.

A outra, que não deixa de ser educativa, tem maior abrangência social, por manter os jovens longe da ociosidade e dos perigos das drogas e da delinqüência juvenil, que tem se alargado em todo o país. O tráfico de drogas e as mortes violentas têm atingido mais os jovens, comprometendo seu futuro e também o do país.

A escola de tempo integral, como nós defendemos, como sempre defendeu o saudoso senador Darci Ribeiro e chegou a ser implantada pelo governador Leonel Brizola, é o caminho mais curto e mais seguro para melhorar a educação e diminuir a violência. Quebra-se o ciclo da pobreza e também o da insegurança.

Os estudos comprovam que a renda do brasileiro está proporcionalmente atrelada aos anos de estudo. Quanto mais tempo o trabalhador passou na escola, maior será sua remuneração no mercado de trabalho. A escola de tempo integral tem a virtude de ampliar as horas de estudo, criando a expectativa de melhorar a vida de todos.

Acho das mais louváveis a iniciativa do governador, que deve ser apoiada e incentivada. Precisamos de muito mais. Sei que os recursos não são abundantes o suficiente para atingirmos o nível ideal de escolas profissionalizantes.

Se não temos dinheiro bastante, podemos procurar alternativa. E eu quero contribuir com o governo, sugerindo que desenvolva parcerias com a sociedade civil organizada para solucionar um dos gargalos da educação brasileira.

A ideia é fazer parceria com as igrejas, que têm uma grande capilaridade em todo o Estado. As igrejas, sejam católicas ou de outras denominações, já têm a tradição de trabalhar com a educação. Muitas delas são mantenedoras de boas escolas nas cidades em que atuam.

Um convênio com essas instituições, para usar a estrutura já existente, contribuiria de tal forma que o governo tivesse condições de ampliar sua rede de escolas profissionalizantes.

Creio que haveria boa receptividade nas dioceses e nas igrejas evangélicas para esse tipo de parceria que traria muitos benefícios para cada uma dessas comunidades e para o Estado. Para tanto, deve-se fazer um levantamento, por exemplo, das escolas confessionais em todo o Ceará e buscar as parcerias individuais ou em bloco. Acho que seria uma saída para avançarmos na conquista da escola em tempo integral.

Jornal Correio da Semana, 05 de dezembro de 2009

Semana de valorização do educador

Pela primeira vez, comemora-se no Ceará a Semana Estadual de Valorização do Educador. Autor do projeto de lei, realizamos audiência pública para reverenciar instituições que estão intrinsecamente ligadas ao magistério. Exaltamos os profissionais que, à frente dessas instituições, fizeram a diferença, cada um a seu estilo, cada um a seu tempo.

O professor Jorgelito Cals, já em seu sexto mandato como conselheiro, exerceu todos os cargos no Conselho de Educação do Ceará. Já a conselheira Luíza de Teodoro Vieira coordenou o curso de Educação Infantil da Faculdade Contemporânea.

Na gestão de Marcondes Rosa de Sousa, o Conselho de Educação deixou de funcionar como mero cartório. Ele também presidiu o Fórum dos Conselhos de Educação do país, quando os conselhos passaram a ter mais autonomia e a atuar em regime de colaboração com ações compartilhadas.

Com a atual gestão do professor Edgar Linhares, o Conselho de Educação está ampliando o diálogo com a sociedade. Nos seus 60 anos de magistério, foi o pensador e realizador de políticas de educação em Sobral, que serviram de vitrine para o prefeito Cid Gomes.

Na Secretaria da Educação Básica, destacamos duas pedagogas. Nildes Alencar Lima, cofundadora da Uece, esteve à frente da Seduc durante o governo de Tasso Jereissati. Irmã do Frei Tito, que foi vítima do regime militar, a professora Nildes Alencar esteve à frente do Núcleo Feminino pela anistia. Continua sua militância no Grupo SOL – Solidariedade, Operosidade e Liberdade.

A professora Maria Luíza Barbosa Chaves esteve na Seduc no governo Ciro Gomes. Doutora em Educação pela Universidade de Londres, Maria Luíza Chaves também foi secretária de educação de Fortaleza. Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), desde 1965. É fundadora e primeira diretora da Seção Estadual da Anpae.

Ari Othon Sidou, professor da Uece, militou nos órgãos representativos, principalmente na Associação dos Professores do Ensino Superior do Estado do Ceará (Apesc). Não só por suas qualidades de professor, mas também pela luta em prol de seus colegas, ele faz jus a essa lista de notáveis educadores.

Tivemos a honra de trabalhar ao lado desta personalidade querida de todos, que foi vice-reitor da UVA, o professor Evaristo Linhares. Especialista em Educação pela Universidade de Brasília, e pós-graduado em Sociologia pela Universidade René Descartes – Paris V – Sorbonne, o professor Evaristo Linhares ajudou a construir uma história de sucesso da UVA. Professor Evaristo foi um companheiro leal, ardoroso defensor da UVA e ajudou na elaboração de estratégias acadêmicas.

Essa plêiade de educadores merecedores de todas as homenagens é representativa da educação cearense, de sua história e de sua evolução. Todos ajudaram a construir o presente e a lançar pontes para o futuro.

Parabéns a todos, no dia em que lhes é consagrado, na semana que foi instituída para valorizar todos os educadores cearenses.

Jornal O Estado, 21 de outubro de 2009



CIDADANIA

Em favor da vida

A causa pela vida está acima de qualquer pensamento político partidário. Por isso, nos causou espécie a atitude extemporânea do PT em punir dois deputados que se posicionaram em favor da vida e, conseqüentemente, contra o aborto. O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunido no dia 17 de setembro, decidiu punir, por unanimidade, os deputados federais Luiz Bassuma, da Bahia, e Henrique Afonso, do Acre. Eles tiveram seus direitos políticos suspensos. Bassuma pegou um ano de suspensão, e Henrique, 90 dias.

Qual o grande pecado desses deputados para receber tal punição e ainda por cima, por unanimidade? No primeiro momento, imaginamos que os parlamentares deveriam ter feito algum tipo de irregularidade no serviço público, talvez acusados de malversação de dinheiro, de algum tipo de corrupção, alguma acusação séria que justificasse uma punição que implicaria a impossibilidade de eles se reelegerem.

Qual nada! O partido que tolerou tantos desvios em passado recente, está agora punindo dois de seus filiados que demonstraram grande envergadura moral. O suposto “crime” era de consciência. Uma opinião em defesa da vida. Só porque se colocaram contra a descriminalização do aborto, tema que o partido adotou como bandeira em um de seus congressos.

Como bem lembrou o jornalista Valdemar Menezes, a atitude do PT pode ser considerada uma traição aos movimentos sociais religiosos, sobretudo católicos, que ajudaram a fundar o partido. Diz o jornalista em sua coluna Concidadania, publicada aos domingos no jornal O Povo: Se os dirigentes tivessem um mínimo de sensibilidade e de informação em relação ao problema religioso verificariam que estão cometendo uma agressão contra petistas crentes, que consideram esse tema uma questão de consciência moral. O partido comete não só uma agressão contra essas pessoas, mas dá marcha-à-ré na concepção de organização partidária respeitadora da liberdade de consciência, pisoteando um direito humano fundamental. Nenhum partido tem direito de exigir isso de seus filiados, a não ser que opte por uma concepção totalitária.

Mas a questão do aborto não é meramente religiosa. Vai muito além, diz respeito à dignidade do ser humano, um direito previsto em nossa constituição e também pela Organização das Nações Unidas. Segundo a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada em 1959 pela ONU, “a criança, em virtude da sua falta de maturidade física e intelec

tual, necessita de especial proteção e cuidados, incluindo adequada proteção legal, tanto antes como depois de seu nascimento.”

Essa última frase é reveladora: merece proteção e cuidado antes e depois de seu nascimento. O ser humano começa com a sua concepção e não com o parto. O ser que está guardado no ventre da mãe é considerado pelos abortistas como feto, embrião, jamais como ser humano. Isso é um absurdo, um crime de lesa humanidade.

Já se disse que descriminalizar o aborto, como quer um projeto de lei de autoria do deputado José Genoíno que está em tramitação no Congresso, é dar licença para matar uma certa classe de seres humanos como meio de beneficiar outros.

Hoje, é mais fácil uma pessoa ser presa e condenada por um crime ambiental do que por um crime contra a vida. É um contrassenso jurídico. Querer legalizar o aborto e incentivar a indústria da morte é banalizar a vida. Nesse debate, é bom lembrar, como fez o jornalista e professor Carlos Alberto Di Franco, que “ o embrião é distinto de qualquer célula do pai ou da mãe; em sua estrutura genética, é humano, e não um simples amontoado de células caóticas; e é um organismo completo, ainda que imaturo. E, se for protegido maternalmente de doenças e violência, vai-se desenvolver até o estágio maduro de um ser humano”.

Além do mais, as pesquisas de opinião demonstram que o brasileiro é contra o aborto. Então, por que essa corrida contra a vida? Por que tanta insistência em descriminalizar o aborto e cometer este ato contra a vida?

Dados da Organização Mundial de Saúde indicam que, no Brasil, anualmente, são feitos de 800 mil a um milhão de abortos clandestinos, mais do que em todos os outros países da América do Sul. Alguém duvida que esses números não vão dobrar ou triplicar se o aborto for legalizado? Minha posição é de intransigência em defesa da vida. Cada vez que flexibilizamos leis em desrespeito à vida, estamos nos tornando menos humanos.

Por último, como cristãos que somos, sabemos que a pessoa humana é à imagem e semelhança de Deus. E, como tal, deve ser respeitada. A vida, em qualquer estágio que se encontre, é um dom de Deus, e só Ele pode tirá-la.

Jornal Correio da Semana, 10 de Outubro de 2009

Paulo Cabral de Araújo

O Brasil perdeu, na manhã do dia 20 de setembro de 2009, um dos maiores entusiastas do direito à informação e da liberdade de imprensa do país. Morreu o jornalista Paulo Cabral de Araújo, aos 87 anos, vítima de leucemia. A doença pôs fim à trajetória do homem que nas últimas cinco décadas teve participação marcante nos principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país.

Natural de Guaiuba, Paulo Cabral de Araújo, jornalista de vanguarda, conduziu por 22 anos o condomínio dos Diários Associados, presidiu a Associação Nacional de Jornais (ANJ) de 1994 até o ano de 2000, liderando uma série de inovações na entidade e marcando posição firme em defesa da liberdade de imprensa.

Sua gestão à frente da ANJ é reconhecida pela versatilidade e o talento que demonstrava para desempenhar funções de comando. A integridade e a afabilidade do jornalista também são duas das qualidades que o transformaram em um dos nomes mais respeitados da imprensa brasileira.

Paulo Cabral de Araújo começou a atuar profissionalmente aos 16 anos, após passar em concurso público na Ceará Rádio Clube. Exerceu carreira política paralelamente ao jornalismo. Foi prefeito de Fortaleza de 1951-1955, deputado estadual e secretário geral do Ministério da Justiça no governo Ernesto Geisel.

O filho, Paulo Cabral Júnior, o descreve como um homem “simples, baixinho, nordestino e dono de um carisma inigualável”. Cearense, desenvolveu uma relação de amor com Brasília. Paulo Cabral dedicou a vida ao trabalho e à família. Ele deixou para os oito filhos, 20 netos e 10 bisnetos uma lição de vida inigualável, amor, um espírito puro e propósitos honestos. No jornalismo, sempre lutou pela verdade na notícia e para que a independência da comunicação pudesse ser importante para a sociedade.

Quando diretor da Ceará Rádio Clube, em Fortaleza, cargo que ocupou de 1944 a 1951, participou de um momento histórico: a primeira transmissão de tevê no Brasil, com a inauguração da TV Tupi, em 18 de setembro de 1950. “Chatô cometeu um ato da mais extrema ousadia, porque não havia receptores. A RCA não queria vender a ele o transmissor, achavam que o Brasil não tinha mercado. Chateaubriand teve que comprar e trazer 200 aparelhos receptores para que as imagens da tevê pudessem ser vistas”, contou em entrevista à TV Senado.

Paulo Cabral, quando presidente dos Diários Associados, em Brasília, e da Fundação Assis Chateaubriand, de 1980 a 2002, foi alvo de muitas homenagens pelo destaque das ações dos veículos de comunicação que comandava. Chegou a ser recebido pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso pela contribuição do Correio Braziliense ao Código Nacional do Trânsito.

Personalidade eclética, fez parte da Academia de Letras e Música do Brasil.

Paulo Cabral não foi só um grande cearense, foi um grande brasileiro, ativista da liberdade de imprensa, seja nos veículos de comunicação que dirigiu, na ANJ ou na tribuna política.

Jornal O Estado, 23 de setembro de 2009

O resgate da cidadania pela documentação

Minha luta tem sido pela inclusão social do cidadão por meio da educação, mas há necessidade de batalharmos, também, pela inclusão do cidadão pela documentação. Mais precisamente, pela inclusão através da concessão da Carteira de Identidade.

A Carteira de Identidade representa a existência legal do cidadão para o mundo jurídico e para a sociedade civil. Sem este documento o cidadão não pode obter o Título de Eleitor, o CPF ou outro documento de importância.

Não consegue abrir conta em banco, alugar um imóvel, firmar contratos, não obtém crédito bancário, emprego, benefícios socioeconômicos, não pode viajar para outro município em transporte coletivo, nem entrar na maioria dos edifícios públicos e até em alguns privados, pela falta de identificação legal. Ele é o meio de acesso para todos os outros documentos, à exceção da Certidão de Nascimento.

A falta de documentação dá ensejo à detenção para identificação, e isto principalmente para as classes menos favorecidas, as que mais sofrem, pela penúria em que estão imersas, e ainda pela dificuldade e demora na obtenção deste documento.

A prestação do serviço de emissão de carteiras de identidade nos moldes atuais é morosa, originada por falhas diversas, provocando filas imensas, desconforto, tensão, muitas vezes frustração por não conseguir a Carteira de Identidade no mesmo dia, isto, obviamente, sem falarmos das consequências civis e penais da falta de identificação legal.

Protocolei na Assembleia Projeto de Indicação, de número 109/2009, buscando a elaboração de norma legal que trata exatamente deste tema: a emissão da identificação civil em 24 horas para todo município cearense com população acima de 100.000 habitantes, ou seja, pelo menos para Itapipoca, Maranguape, Maracanaú, Caucaia, Juazeiro do Norte, Crato e Sobral.

É do meu conhecimento que o Instituto de Identificação do Ceará está em vias de ser modernizado; esta modernização se dará tanto no aspecto físico, das instalações em si, como também nos processos tecnológicos.

A ideia é a de desenvolver um novo sistema de identificação que permitirá a inclusão de fotos e impressões digitais por computador, possibilitando, como benefício adicional, a checagem deste cadastro e a consulta automática dos dados pela população cearense.

Sabe-se que atualmente o sistema empregado emite em média 60.000 Carteiras de Identidade (entre 1ª e 2ª vias), sendo 23.000 no interior e 37.000 na Capital, mas a intenção é a de se ampliar estes indicadores, estendendo a identificação pessoal a partir inclusive dos dois anos de idade, dadas as necessidades que já impõe a nossa vida diária.

Se existem experiências promissoras, isto demonstra que é possível realizá-las também em outros municípios, pois queremos progredir, avançar, ser incluídos neste movimento de evolução socioeconômica que vive o país, do aumento das oportunidades de emprego, renda, benefícios sociais e de inclusão pela educação. Para isto, porém, as instituições responsáveis devem estar preparadas para fornecer o documento que é a pedra angular da identificação cidadã, a Carteira de Identidade, com a necessária rapidez que cada cidadão merece, independentemente de sua origem social.

Isto considero a “Inclusão pela Identificação”, e estaria pecando em minha função legislativa se não atentasse para esta lacuna que tantas dificuldades acarreta ao cidadão e à própria cidadania.

Jornal O Povo (Sobral), 29 de agosto de 2009

Novos conselheiros

O Conselho de Educação do Estado do Ceará recebeu mais cinco novos conselheiros. Quatro deles foram empossados 1º.9.2009, em solenidade no Palácio Iracema. Foram eles os professores Ana Maria Nogueira, José Batista de Lima, Maria Luzia Alves Jesuíno e Sebastião Valdemir Mourão.

O vice-reitor da UFC, professor Henry de Holanda Campos, por estar viajando, será empossado posteriormente. Cada um deles, personagem de alto gabarito, professores de vasto currículo acadêmico e de compromisso com a educação cearense.

O Conselho de Educação tem se destacado nos últimos anos como protagonista do sistema de ensino estadual. A partir do governo Tasso Jereissati, na gestão do professor Marcondes Rosa, o Conselho de Educação deu uma guinada significativa em favor da sociedade cearense. A entidade deixou de ser apenas um cartório, com funções meramente burocráticas, abriu-se ao debate, ao diálogo com a sociedade e passou a ter maior influência na política educacional do Estado.

Desde então, o Conselho tem dado passos largos na consolidação de sua missão. Criado em 21 de janeiro de 1949 pelo então governador Faustino Albuquerque como órgão técnico colaborador do Poder Executivo no exame, planejamento e solução das questões atinentes ao ensino.

Agora, na presidência do professor Edgar Linhares, o Conselho busca ampliar o diálogo e a interatividade com a sociedade cearense. Como ele mesmo afirmou durante a solenidade de posse dos novos conselheiros, a entidade tem resgatado uma dívida com os usuários da educação. Das 15 mil escolas cadastradas no censo escolar, apenas 3.145 unidades estavam credenciadas.

Outro desafio é o oferecimento de informações completas, sem as quais há um empobrecimento do sistema de ensino do Estado. Segundo o professor Edgar Linhares, O Conselho já dispõe de informações fundamentais sobre 10 mil unidades escolares. E está ampliando informações sobre o diagnóstico da rede física, da situação de formação legal dos docentes e a identificação do estado de desenvolvimento da educação infantil, que só passou a ser levada a sério a partir do Fundeb.

Ele conclamou os novos conselheiros ao desafio de solucionar o impasse do ensino fundamental para atingir suas metas qualitativas. A sociedade, tendo em vista que alcançamos a quantidade, com a univer-

salização do ensino básico, reivindica uma educação de qualidade, sem a qual não podemos viver neste século XXI.

O Conselho de Educação é uma entidade autônoma da administração direta do Estado e tem como finalidade precípua interpretar a legislação federal e estadual e adequá-las ao Sistema de Ensino do Estado. Sua competência básica é reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior criados e mantidos pelo Governo do Estado do Ceará, e da educação básica pública e privada.

Cada estado tem seu Conselho de Educação, com as mesmas finalidades que acabamos de citar. Isso se deve à autonomia que cada ente federado tem em relação à União. Esses Conselhos não dependem, por exemplo, de autorização do Ministério da Educação para exercer seus misteres. E podem trabalhar em forma de regime de colaboração. A organização da educação nacional deve ser realizada de forma compartilhada. “A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino (Art. 8ª da LDB).” Isso significa que uma universidade estadual ou mesmo municipal de um estado pode atuar no outro desde que haja acordo entre o Conselho de Educação do estado de origem e do estado onde aquela universidade vai atuar.

É bom lembrar isso devido à ação da UVA em outros estados que, muitas vezes, não é compreendida. A Universidade Estadual Vale do Acaraú, a partir da edição da LDB e de um desafio lançado pelo Conselho de Reitores de Universidades do Ceará e pelo Conselho de Educação do Ceará, passou a oferecer cursos de formação de docentes, com o intuito de diminuir o enorme número de professores leigos na rede de ensino.

A UVA desenvolveu uma expertise na formatação desses cursos, que fez muito sucesso, atingindo os objetivos a que tinha se proposto. O sucesso ecoou além das fronteiras do Ceará, e os outros estados se interessaram em estabelecer parcerias. Para isso, como já disse, basta o acordo entre o Conselhos de Educação do Ceará e do estado que está convidando.

Isso é o princípio do regime de colaboração. Não é uma exceção que se fez a UVA, mas qualquer universidade pública, de âmbito estadual ou municipal, pode fazer o mesmo. Obviamente, esta ação de inclusão, tem provocado reação em alguns barões do ensino privado, que tentam iludir a opinião pública, dizendo que não há autorização do MEC para tal. Ora, não há autorização do MEC porque não é necessária. Se

ria ferir a autonomia dos conselhos estaduais, como resta provado em todas as ações judiciais tomadas até agora.

Aliás, quero propor a ampliação plena dos conselhos de educação, para que também possam ser oferecidos cursos de pós-graduação. O princípio é o mesmo, mas a abertura desses cursos é historicamente ligada à Capes, que funciona como órgão plenipotenciário para credenciar os cursos. Com todo respeito ao trabalho e ao histórico da Capes, isso representa um feudo no sistema de educação. Precisa haver flexibilização nesse sentido.

Venho defendendo isso há muito tempo. Está registrado no meu livro “A Política de Pós-Graduação no Ceará”. No artigo intitulado “Fim do monolitismo burocrático”, mostro que essa política centralizada de pós-graduação foi imposta pelo regime militar de 1964. Está mais do que na hora de remover esse entulho autoritário.

Jornal O Povo (Sobral), 12 de setembro de 2009

100 anos de ensino profissional

Comemora-se este ano o centenário da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, criada para formar recursos humanos a fim de satisfazer a demanda por mão de obra qualificada, nos primeiros passos de nossa industrialização, no alvorecer do Século XX.

Nascida em 1909, por decreto do presidente Nilo Peçanha, em 1909, só agora o ensino profissionalizante começa a se consolidar nas áreas de graduação e pós-graduação.

Até o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino profissionalizante era restrito ao ensino médio. Sob os auspícios do educador e político Darci Ribeiro, a Lei 9394, sancionada em 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, ampliou o leque de modelos de universidade que até então era único.

Foi a partir daí que ganhou impulso a criação das faculdades tecnológicas (Fatecs) e dos cursos sequenciais, formatados especificamente para o mercado de trabalho. Muitos deles foram criados sob demanda, em parceria com empresas e entidades empresariais, como se verificou na UVA em convênio com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec).

O Ceará passou a ter destaque na educação tecnológica nos governos Tasso Jereissati, onde pontificou o trabalho do então secretário, o deputado federal Ariosto Holanda, com a criação de Centecs em várias cidades do interior. O corolário desse trabalho se dá agora no governo de Cid Gomes.

A zona norte foi o epicentro de recentes inaugurações do presidente Lula, em visita a Sobral no último dia 10 de setembro. O principal evento foi a inauguração do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE). Do mesmo local, e em transmissão simultânea, o presidente fez a entrega de outra escola técnica, esta em Limoeiro do Norte.

Na mesma ocasião, o presidente Lula anunciou a construção de 20 escolas profissionais no Ceará, com investimento de R\$ 124 milhões. Faz parte do Plano de Educação Tecnológica do Ceará, que envolve instituições estaduais, federais, privadas e não governamentais, conforme já antecipara o governador Cid Gomes.

Registro a opinião do deputado Ariosto Holanda, durante o lançamento do plano: ``Pela primeira vez eu vi a ação decisiva de um governador do Ceará com relação à capacitação tecnológica da população``.

Um marco nacional na expansão do sistema de educação profissional foi a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que teve origem na Lei 8948 de 8 de dezembro de 1994. Sob este sistema são gradativamente transformados em Cefets as Escolas Técnicas e as Escolas Agrotécnicas Federais.

A partir da LDB 9394, deu-se uma verdadeira revolução para a área de Ensino Profissional que culminaria com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, agora presente também aqui em nosso Estado, como em todo o território nacional, num total de 38 institutos e 314 campi.

Dados do Censo Escolar de 2008, divulgados pelo MEC, revelam que o aumento de alunos matriculados nas escolas de educação profissional cresceu 14,7% no ano de 2008, com relação a 2007.

Vivemos um período de efervescência política e educacional nessa área com alocação de promissores recursos financeiros e ampliação de vagas, sobretudo de olho na necessidade de aumentar o contingente de estudantes no ensino superior, onde os índices brasileiros estão muito defasados em relação aos países europeus e até mesmo da América do Sul.

Retomando às origens do Sistema de Ensino Técnico, identificadas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, temos sem dúvida muito de que nos alegrar com o êxito obtido nessa empreitada, sobretudo se observarmos como os diferentes governos, em diferentes épocas da tumultuada história do Século XX, mantiveram-se firmes na tentativa de melhoria constante desse sistema.

São nossos votos que a busca pelo fortalecimento da cidadania, do desenvolvimento sustentável em nosso país e o fortalecimento da democracia levem nosso povo, especialmente os jovens, para a aquisição dos conhecimentos e capacitações necessárias a um futuro mais justo e mais promissor para a nação brasileira.

Jornal O Povo (Sobral), 26 de setembro de 2009

10 anos do curso de Filosofia

Semana passada a Universidade Estadual Vale do Acaraú realizou solenidade para comemorar uma grande conquista, os 10 anos de criação do curso de Filosofia. Acompanhei de perto essa batalha, pois era reitor da UVA naquele período e enfrentei todo tipo de incompreensão. O pior é que esses obstáculos não foram colocados por gente inculta, foram exatamente os bem-pensantes os primeiros a questionar. Para que filósofos em Sobral?

Essa frase revela certo tipo de obscurantismo porque, na verdade, quer dizer algo pior: para que filosofia em Sobral? O curso de filosofia não forma, obrigatoriamente, filósofos, mas ajuda a embasar os argumentos, o pensamento e o zelo pela ética. A importância que a ética sempre teve, e principalmente na contemporaneidade, é justificativa suficiente para que a filosofia fosse disciplina comum a todos os cursos.

Para a realização desse sonho de ter o curso de filosofia em Sobral, alguns personagens foram fundamentais, como os bispos dom Aldo Pagotto, então da diocese sobralense, e dom Francisco Javier Hernandez Arnedo, ainda à frente da diocese de Tianguá.

A demanda maior no início era mesmo dessas duas dioceses, preocupadas com a formação de seu clero. Portanto, era necessário um curso de filosofia de qualidade, como o que conseguimos implementar em Sobral.

Apesar da incompreensível reação da elite pensante, a iniciativa teve o respaldo do governador Tasso Jereissati. Quando dom Aldo esteve com o então governador solicitando a criação do curso, o hoje senador cearense reafirmou sua condição de cristão e que tudo faria para ajudar a Igreja, e viabilizou a criação do curso, autorizando a contratação de professores. Dez anos depois, o curso é plenamente justificado, possuindo hoje 147 alunos matriculados no bacharelado e 283 na licenciatura, nos turnos manhã e noite.

Durante a solenidade de abertura da IX Semana de Filosofia, foram homenageados com diploma de reconhecimento o reitor Antonio Colaço Martins; o ex-reitor monsenhor Francisco Sadoc; o arcebispo da Paraíba, dom Aldo Pagotto, e o bispo dom Francisco Javier Hernandez Arnedo, da Diocese de Tianguá; os professores José Cândido Fernandes, Luís Alexandre Dias do Carmo, Pedro Fernandes de Queiroz, Hermínio de Sousa Nascimento e Jefferson Alves de Aquino. Também tive a honra de ser homenageado, deferência que agradeço pelo reconhecimento.

O curso de Filosofia da UVA foi criado em 21 de dezembro de 1998, em parceria com as dioceses de Sobral e Tianguá e com o apoio do Governo do Estado.

Lembro que quando criamos o curso de Direito, também não queriam essa distinção para Sobral. E perguntavam: “Para que um curso de Direito em Sobral, já há tanto advogado?”.

Ora, aos que acham que há muito curso de Direito, muito curso de Medicina, muito curso de Comunicação Social, eu respondo de pronto: Ainda há muito poucos cursos. Ainda há muita gente que deveria estar na universidade. Essa elite que defende restrições de cursos não se dá conta que está defendendo o atraso. Quanto mais gente no ensino superior, mais desenvolvida será a nação.

Nos países desenvolvidos, em média 60 de cada 100 habitantes, na idade de 18 a 24 anos, chegam à universidade. Nos Estados Unidos a taxa de matrícula no ensino superior chega a 90%. O índice brasileiro de 16% equivale à metade dos índices de Chile, Venezuela e Uruguai. Portanto, vamos abrir mais oportunidades para que todos tenham a chance de participar da inclusão social pela educação.

Jornal O Povo (Sobral), 7 de novembro de 2009

Feliz Natal e próspero 2010

Neste fim de ano, com as comemorações de Natal e Ano Novo, levo o meu muito obrigado aos que acompanham meu mandato no Legislativo estadual. Faço-me notar pelo trabalho e esforço em favor da educação, dos interesses coletivos e da cidadania. Enfim, dos grandes temas que podem afetar ou contribuir para o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Por isso, faço questão de prestar contas, periodicamente, de minha atuação parlamentar, para que os amigos possam acompanhar meus passos e, assim, me auxiliar no rumo que tenho adotado em defesa dos interesses coletivos e da inclusão social, principalmente por meio da educação.

Este momento de tão alto significado para todos nós, o nascimento do Salvador, Jesus Cristo, nos leva a refletir sobre nossas ações realizadas neste ano que termina. E os festejos do ano novo, como numa canção de esperança, nos induzem a elaborar os planos para o ano que se inicia.

O Brasil vive um momento muito feliz em seu desenvolvimento como nação e se prepara para ocupar um lugar de destaque no cenário mundial, seja com uma economia pujante ou com protagonismo político internacional. Vai depender do rumo e de nossas escolhas em relação ao nosso futuro.

Seja qual for a projeção que façamos em relação aos planos de médio e longo prazo, não teremos sucesso se não tivermos educação de qualidade. É a educação que vai definir o porvir, tanto no aspecto de mão de obra qualificada quanto na inovação tecnológica.

Mais e mais o mundo fica refém das tecnologias. E quem tem o domínio sobre elas, domina o mundo e está fadado ao sucesso, ao bem-estar coletivo.

O meu mandato parlamentar é uma luta diária para a conscientização da importância da educação, através de discursos, debates, fóruns e projetos – todo o repertório legislativo – para mobilizar a sociedade a exigir mais educação.

Esse discurso não é monotemático porque da educação deriva toda sorte de desdobramento, desde o desenvolvimento econômico e social até as questões de saúde e segurança pública. A falta de uma educação de qualidade é responsável por um leque de problemas que ainda atrasam o Brasil, como a desigualdade social, a pobreza, a concentração de renda, os altos índices de violência, a exclusão social.

Sabemos que Jesus veio ao mundo para salvar a humanidade. É a oportunidade de nos perguntarmos: E o que nós temos feito pelo nosso próximo? O melhor que podemos fazer para nosso próximo e por toda a sociedade é lutar para termos boa educação para todos, de forma a acabar com esse odioso apartheid que deixa os ricos num tipo de escola e os pobres na escola pública. Enquanto houver essa separação, estamos com a paz ameaçada. E o que mais queremos desejar é que a paz do Senhor esteja com todos nós.

Desejo sinceramente que Deus Pai estenda sobre nós seu manto de misericórdia, de perdão, de alegria e concórdia, para que possamos viver com harmonia e felicidade junto com nossos familiares e entes queridos.

Jornal Correio da Semana, 19 de dezembro de 2009